



**INSTITUTO LATINO-
AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E INTEGRAÇÃO**

**A ATUAÇÃO DO DIÁLOGO QUADRILATERAL DE SEGURANÇA
FRENTE ÀS DISPUTAS NAVAIS NO MAR DO SUL DA CHINA**

JOÃO PEDRO FRITSCH CARARO

Foz do Iguaçu

2022

**A ATUAÇÃO DO DIÁLOGO QUADRILATERAL DE SEGURANÇA FRENTE ÀS
DISPUTAS NAVAIS NO MAR DO SUL DA CHINA**

JOÃO PEDRO FRITSCH CARARO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial/final para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Lucas Kerr-Oliveira

Foz do Iguaçu

2022

Ficha Catalográfica

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação. Ficha Catalográfica Revisada pelo Orientador
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

C261a

FRITSCH CARARO, Joao Pedro. **A atuação do diálogo quadrilateral de segurança frente às disputas navais no Mar do Sul da China.** Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Bacharelado em Relações Internacionais e Integração. Foz do Iguaçu, PR, 2022. [53 fls.: il.]

Autor: Joao Pedro Fritsch Cararo.

Orientador: Lucas Kerr-Oliveira.

Palavras-Chave 1. Geopolítica. 2. Hegemonia . 3. Estados Unidos, 4. China. 5. QUAD. 6. Mar do Sul da China. 7. Recursos Energéticos.

I. FRITSCH CARARO, João P. ; II. KERR-OLIVEIRA, Lucas ; III. Título A atuação do diálogo quadrilateral de segurança frente às disputas navais no Mar do Sul da China .

CDU 339.5(510:8)

FRITSCH CARARO, João Pedro (2022). **A atuação do QUAD frente às disputas navais no Mar do Sul da China. 2022.** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Relações Internacionais e Integração, RII. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR.

RESUMO

O Diálogo Quadrilateral de Segurança, retomado entre Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália durante o período Trump, tem sido lida nos últimos anos como uma aliança anti-chinesa, em um contexto em que a hegemonia estadunidense no Sistema Internacional é ameaçada por Pequim. Em consonância com essa análise, se desenvolvem até o ano de 2022 diferentes exercícios militares e presença constante em águas próximas ao território chinês, além da contestação da atuação de Pequim na região. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender a atuação do QUAD em face da ascensão chinesa, destacando as operações navais na região. Para isso, são analisados os conceitos que criam o panorama da disputa hegemônica, as unidades presentes, e o cenário da mesma, utilizando-se fontes bibliográficas e jornalísticas, compreendendo o QUAD como uma peça em uma concertação maior estratégica com vistas a manutenção do status de potência norte-americana no Sistema Internacional.

Palavras-chave: QUAD, Estados Unidos, Japão, Índia, Austrália, China, Mar do Sul da China, Geopolítica, Disputa Hegemônica, Recursos Energéticos.

ABSTRACT

The Quadrilateral Security Dialogue, resumed between the United States, Japan, India and Australia during the Trump period, has been read in recent years as an alliance anti-Chinese, in a context in which the US hegemony in the International is threatened by Beijing. In line with this analysis, it develops until the year 2022 different military exercises and constant presence in nearby waters to Chinese territory, in addition to contesting Beijing's role in the region. In that regard, The present work seeks to understand the performance of the QUAD in the face of the Chinese rise, highlighting naval operations in the region. For this, the concepts that create the panorama of the hegemonic dispute, the present units, and the scenario of the same, using bibliographical and journalistic sources, understanding the QUAD as a part in a greater strategic agreement with a view to maintaining the status of American power in the International System.

Keywords: QUAD, United States, Japan, India, Australia, China, South China Sea, Geopolitics, Hegemonic Dispute, Energy Resources.

RESUMEN

El Diálogo de Seguridad Cuadrilátero, retomado entre Estados Unidos, Japón, India y Australia durante el periodo Trump, ha sido leído en los últimos años como una alianza anti-china, en un contexto en el que la hegemonía estadounidense en el Internacional está amenazada por Beijing. En línea con este análisis, se desarrollan hasta el año 2022 diferentes ejercicios militares y presencia constante en aguas cercanas a territorio chino, además de cuestionar el papel de Pekín en la región. En ese sentido, el presente trabajo busca comprender el desempeño del QUAD frente al ascenso chino, destacando las operaciones navales en la región. Para ello, los conceptos que crean el panorama de la disputa hegemónica, las unidades presentes y el escenario de la misma, utilizando fuentes bibliográficas y periodistas, entendiendo el QUAD como parte de un mayor acuerdo estratégico con miras a mantener el status del poder americano en el Sistema Internacional.

Palabras clave: QUAD, Estados Unidos, Japón, India, Australia, China, Mar del Sur de la China, Geopolítica, Disputa Hegemónica, Recursos Energeticos.

LISTA DE FIGURAS e ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: A Região marítimo-oceânica do Indo-Pacífico.....	10
FIGURA 2: A Região do Mar do Sul da China.....	11
FIGURA 3: Os países do Diálogo Quadrilateral de Segurança, QUAD.....	12
FIGURA 4: A Área Pivô de Mackinder (1904)	19
FIGURA 5: O mundo segundo Spykman (1944)	20
FIGURA 6: O papel do Rimland para o controle da Eurásia, segundo Spykman	20
FIGURA 7: A Nova Rota da Seda	30
FIGURA 8: A China e as “duas cadeias de ilhas”.....	33
FIGURA 9: As capacidades de negação de área / negação de acesso (A2/AD) chinesas	34
FIGURA 10: Reivindicações de soberania feitas sobre o Mar do Sul da China.....	36
FIGURA 11: OS EUA Contra a China no Indo-Pacífico.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul **OTAN:** Organização do Tratado do Atlântico Norte

QUAD: Diálogo Quadrilateral de Segurança

AUKUS: Aliança militar entre Austrália, Estados Unidos e Reino Unido

MSCh: Mar do Sul da China;

BRI: Belt and Road Initiative;

ASEAN: Associação das Nações do Sudeste Asiático;

PLA: Exército de Libertação dos Povos;

ONU: Organização das Nações Unidas.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1 – A construção da expressão global de poder.....	12
Capítulo 2 – As partes envolvidas e suas estratégias.....	17
2.1 – OS Estados Unidos da América.....	17
2.2 – A China.....	20
2.3 – O QUAD.....	27
Capítulo 3 – O Mar do Sul da China.....	31
Considerações Finais.....	36
Referências.....	38

INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo analisar a Estratégia do agrupamento denominado QUAD (formado por Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália) para a Estratégia de contenção estadunidense da China na região da Ásia Oriental, especialmente no que tange ao acesso marítimo à região do Indo-Pacífico.

Após o fim da Guerra Fria, e o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e do sistema socialista, o Sistema Internacional se solidificou em torno de uma potência hegemônica, os Estados Unidos, e do modelo político e econômico liberal representado por esta.

Contudo, este sistema que distribui desigualmente recursos de poder, seja econômico, político, ou militar, não demorou a abrir espaço para que novos Estados surgissem como potências regionais. Nesta nova realidade uni-multipolar – definida por Almeida Mello (2015) como unipolaridade político-estratégica representada pelos Estados Unidos da América, combinada a uma multipolaridade econômico-política que inclui outros centros como Alemanha ou Rússia – um amplo processo de modernização iniciado nos anos 1950 pôde posicionar a China não apenas como mais uma destas potências cujo status não ameaça a unipolaridade norte-americana, mas como um desafiante real à dominância de Washington.

A que se considere que a China, durante milênios de desenvolvimento de sua civilização, ocupou em termos o status de potência regional; em termos políticos, econômicos ou militares, desde o século XV, com o advento das grandes navegações, e exploração dos territórios ultramarinos pelos Europeus, estes puderam passar de uma posição periférica para o centro do Sistema Internacional e, dado o momento histórico onde se reconhece o globo como um sistema fechado, sem novos territórios a serem descobertos, a vantagem estratégica derivada do colonialismo momentaneamente foi inabalável de fora. De fato, apenas os processos de independências e as Guerras Mundiais geradas justamente no próprio continente Europeu puderam abrir espaço para outras unidades neste concerto.

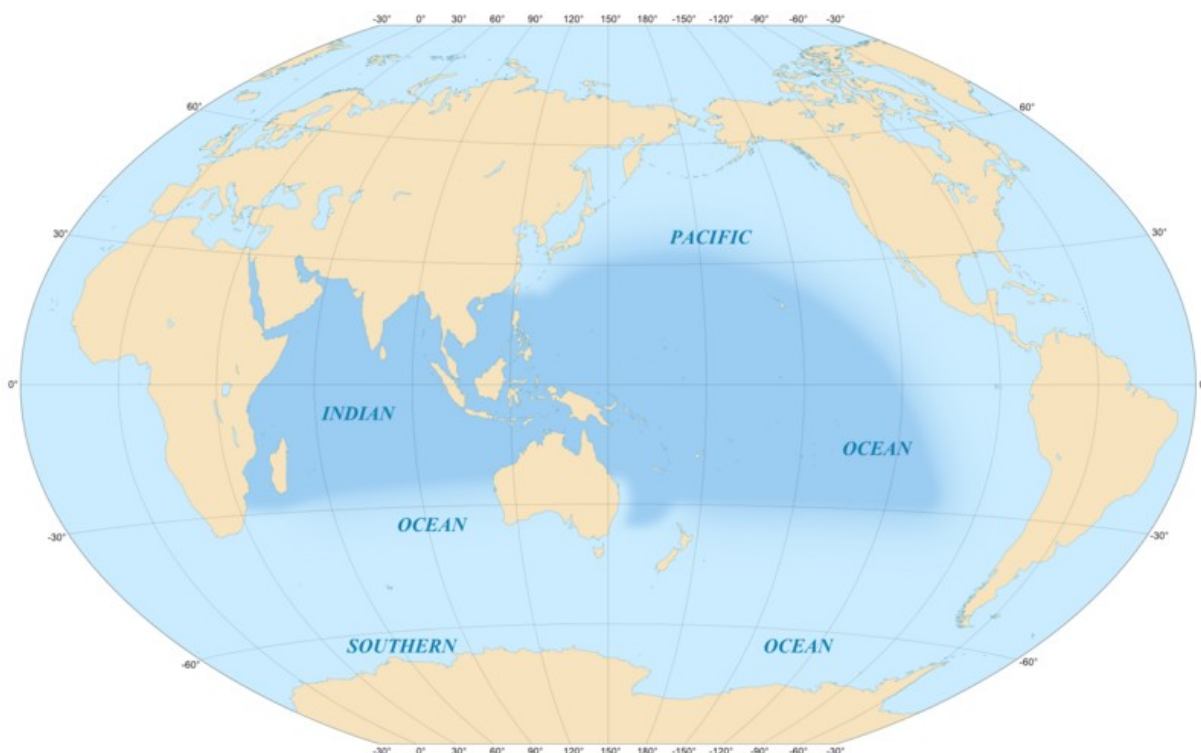
Enquanto o breve século XX alçou os Estados Unidos ao papel de potência, na Ásia, se desenvolvia de outra forma, sob outros preceitos, estratégias e objetivos o Estado que viria a ser reconhecido pelos norte-americanos como o único capaz de, em si, alterar o *status quo* do Sistema Internacional. Isso coloca, invariavelmente, estas unidades, em posição de enfrentamento, do ponto de vista *yankee*. Esse enfrentamento, no entanto, é absolutamente complexo.

Durante a Guerra Fria, o comércio entre os diferentes blocos era extremamente pequeno, e as alianças eram, basicamente, uma escolha entre o alinhamento a uma ou outra potência. A que se pese existiram Estados que se mantiveram não alinhados, ou buscando políticas de equidistância; a Cortina de Ferro – a fronteira em solo europeu entre os blocos capitalista ou socialista – refletia relações políticas e estratégicas onde ou um Estado estaria em um lado, ou em outro.

Contudo, é justamente nesse cenário onde, buscando enfraquecer a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, as relações com a China são absolutamente importantes para os Estados Unidos. O aprofundamento gigantesco de relações financeiras e produtivas cria entre estas partes uma relação de mutualidade que não havia na disputa anterior. Não basta vencer o lado oposto, mas é necessário vencer o lado oposto salvando a si próprio. É necessário preservar do oponente, o que dá sustentação à própria sobrevivência.

Nesse cenário, algumas são as necessidades de primeira mão como o controle dos mais variados recursos, sejam políticos, econômicos, energéticos ou militares e a garantia do acesso a estes meios a si próprio e aos seus parceiros, negando-os, na medida das possibilidades estratégicas, aos seus oponentes.

FIGURA 1 : A Região marítimo-oceânica do Indo-Pacífico

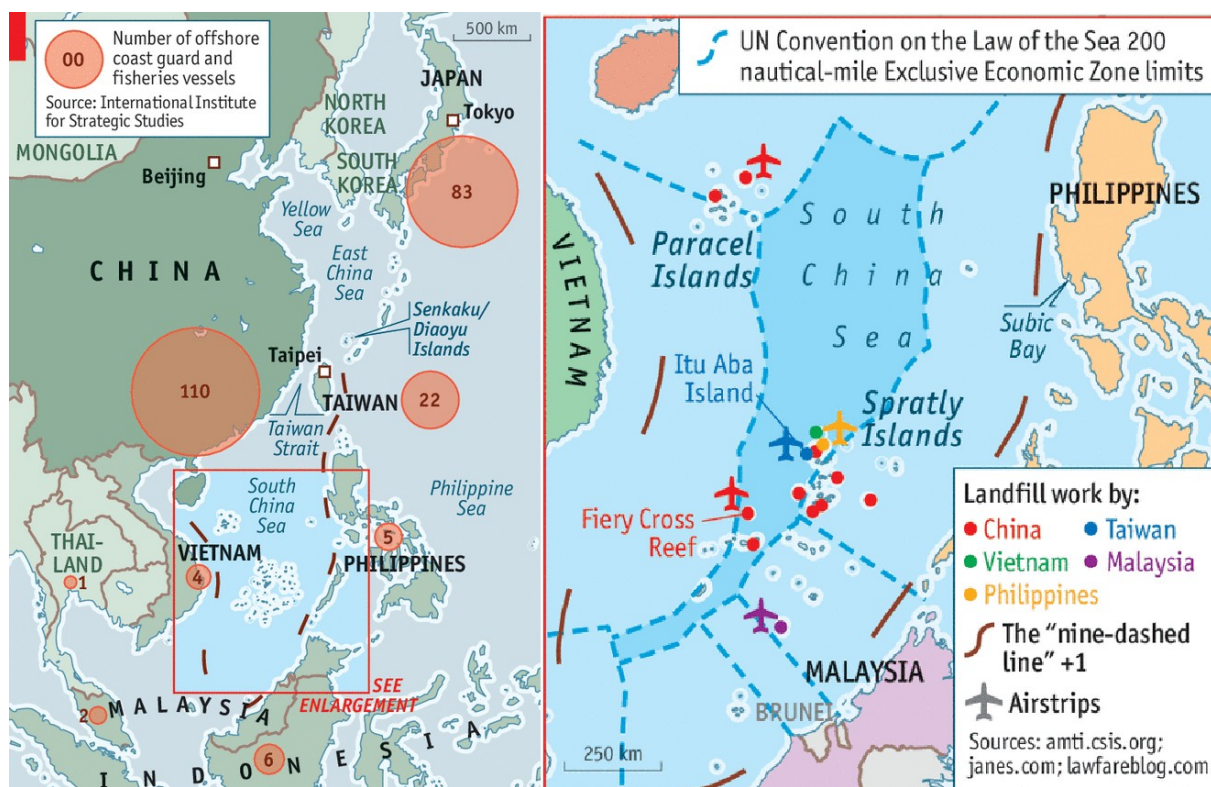


Fonte: Eric Gaba, disponível em WikimediaCommons, como Indo-Pacific biogeographic region map-en.

Diversas são as fontes de recursos ao redor do globo. Contudo, a localização geográfica, a possibilidade de posse em si destes, sem a dependência para com parceiros estratégicos, coloca o Mar do Sul da China no centro da disputa entre as potências. Ainda, a localização deste, bem como das potências envolvidas, desloca o centro das relações estratégicas globais que esteve anteriormente no Oceano Atlântico, para o a região do Indo-Pacífico, ilustrada na Figura 1.

Em termos de infraestrutura, se destacam os recursos energéticos, dos quais a China não possui em escala suficiente para suprir sua demanda, passando a buscar saídas, como a exploração do Mar do Sul da China (Figura 2), região estratégica para o controle da passagem do Oceano Índico para o Pacífico, e rica em petróleo e gás natural. Outro ponto, é que a ascensão é calcada, ainda, em processos econômicos e comerciais, cuja aplicação requer rotas capazes de ligar importantes os polos produtivos a seus mercados consumidores, bem como fontes de matérias-primas ao território chinês a baixo custo, o que passa, novamente, pelo Mar do Sul da China, região que faz parte do braço marítimo da Nova Rota da Seda. Ainda, a face militar deste processo de ascensão se desenvolve, por sua condição de desafiante, tendo por centrais temas a negação de área e o controle de regiões próximas ao território nacional.

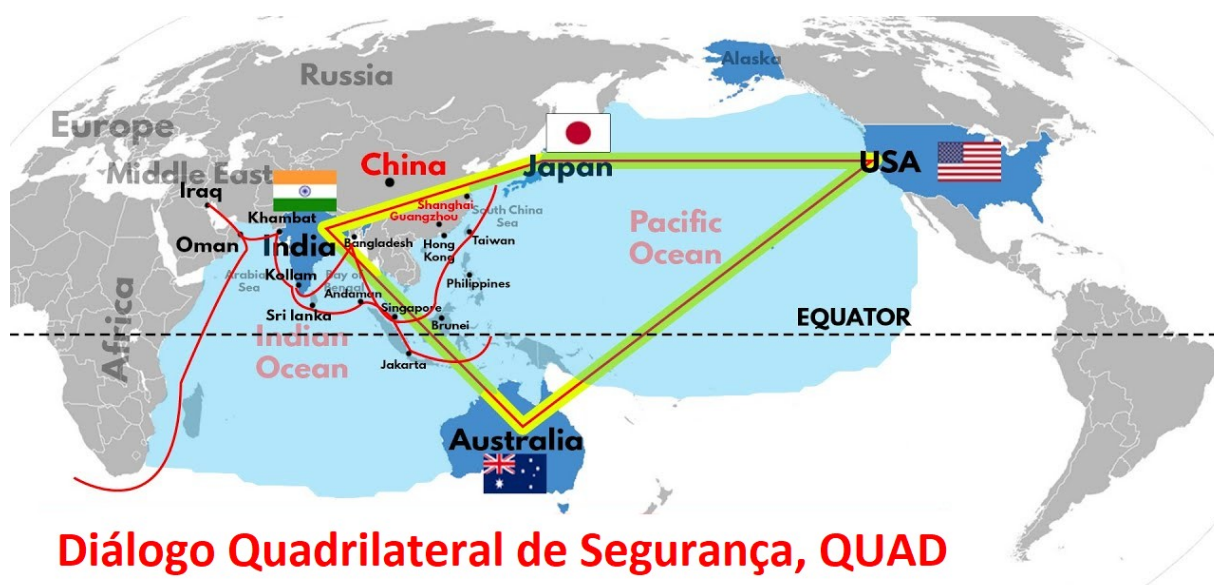
FIGURA 2 : A Região do Mar do Sul da China



Fonte: The Economist.

Por outro lado, a potência hegemônica atual do Sistema estabelece suas ferramentas de atuação com vistas à conservação de sua condição, buscando parcerias estratégicas que possam significar barreiras para o crescimento de sua desafiante. Com isso, os Estados Unidos imprimem em diferentes organizações a busca por relações estreitas com Estados questionadores da potência em ascensão, além do desenvolvimento estratégico de freios econômicos, políticos e militares ao crescimento chinês.

FIGURA 3: Os países do Diálogo Quadrilateral de Segurança, QUAD



Fonte: SENGUPTA (2022)

Nesse cenário, o Diálogo Quadrilateral de Segurança une Estados de relevância geográfica, econômica, militar e política no entorno chinês, tendo, em março de 2021, em comunicado conjunto de líderes, demarcado a atuação em favor de um Mar do Sul da China livre aberto à navegação internacional. Destaca-se que esta pauta passa pelo apoio incondicional à Associação de Nações do Sudeste Asiático, organização que tem quatro de seus dez membros envolvidos nas disputas territoriais com a China na região. Estes países tem territórios marítimos e Zonas Econômicas Exclusivas atingidos pela Linha dos 9 Traços, que representa uma reivindicação territorial chinesa com vistas a áreas marítimas cujo direito chinês sobre a exploração seria baseado na presença histórica de Pequim na região.

É nesse ponto que o grupo se insere na disputa geopolítica naval pelo controle dos mares, estreitos, cadeias de ilhas e acessos aos Oceanos abertos no entorno chinês. São variados os exercícios navais conjuntos nas proximidades, com destaque para presença constante da marinha estadunidense na região, que para além das atividades de treinamentos,

desempenha um papel geopolítico mais latente, ameaçando os chineses com uma possível retaliação em caso uma tentativa de Pequim de solucionar o dilema de Taiwan através da força.

Em vista destes processos, a análise dessa disputa é um importante marco no cenário de possibilidade de declínio da ordem hegemônica global e nos incentiva à pesquisa de quais formas e sob que interesses as partes atuam na região do Mar do Sul da China. A pesquisa justifica-se, portanto, pelos supracitados fatores, em vista da atualidade do desenvolvimento de ações de contenção da transição hegemônica por parte dos Estados Unidos.

Para isso, se constrói uma análise baseada na compreensão, primeiramente da construção da expressão global de poder, em suas concepções e estratégias, na sequência o desenvolvimento da análise das condições específicas relevantes da China e dos países parte do QUAD e construindo, como consequência destas etapas, a análise do confronto em si e cabendo sinalizar a construção de cenários possíveis no curto prazo, utilizando-se, durante a pesquisa, de fontes teóricas que possibilitam a compreensão das temáticas em desenvolvimento, de fontes acadêmicas que se debruçam sobre a mesma temática, e, dada a atualidade dos fatos abordados, são utilizadas ainda fontes jornalísticas.

CAPÍTULO 1 :

POLÍTICA INTERNACIONAL,

GEOPOLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA

EXPRESSÃO GLOBAL DE PODER

CAPÍTULO 1 : POLÍTICA INTERNACIONAL, GEOPOLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA EXPRESSÃO GLOBAL DE PODER

Os Estados se organizam, no Sistema Internacional dentro de alguns preceitos importantes. O primeiro é a anarquia. Apesar da presença de organizações internacionais variadas, não há legislação ou autoridade supranacional que possa constranger um Estado por uma decisão simples a atuar da forma em que se quer. O que há, sim, são compromissos internacionais assumidos pelos próprios Estados na forma de participação em tratados ou organizações e, além destes, há as relações entre estes próprios Estados, em que uma unidade pode influenciar ou obrigar outra a algo através de artifícios de poder.

Isso não significa que seja menos importante o pertencimento a organizações internacionais ou a criação e manutenção de alianças. O pertencimento a estas é, em realidade, uma fonte de poder no Sistema Internacional. Contudo, frente à necessidade estratégica de defender-se, tais alianças podem sofrer alterações.

Neste sistema anárquico, os Estados atuam com a intenção de construir ou maximizar o próprio poder, em suas mais diversas expressões, seja político, econômico e/ou militar. Com isso, há possibilidades de cooperação em agendas ou momentos históricos específicos, mas a divergência e o conflito são inerentes ao Sistema, o que torna o risco uma constante e causa nos Estados a necessidade de evoluir permanentemente em segurança e poder já que é justamente a percepção deste risco que estimula o seu comportamento.

É uma necessidade para os Estados garantir a diminuição de sua vulnerabilidade nos mais diversos meios, destacadamente no que tange ao abastecimento energético, cuja ineficácia pode colapsar a produção, a economia e a segurança do Estado.

Internacionalmente a realidade pode ser compreendida através do modelo de Sistema Mundo, onde a nível global há um sistema construído socialmente ao longo do tempo que conta com limites, estruturas, grupos, membros, regras e coerência, em um processo desigual, que possibilitou a divisão entre o centro, onde o capitalismo se desenvolveu em sua forma mais alta, e a periferia, passando por regiões intermediárias, diferenciadas econômica, política e socialmente (BLINDER, 2014. P. 100). Em um

sistema tão desigual, no entanto, as unidades podem compartilhar semelhanças entre si, o que possibilita dividir estes em eixos.

O Eixo militar-rentista anglo-saxão é marcado por uma economia baseada na financeirização, tecnologia e serviços utilizando-se de recursos estrangeiros, além de ser caracterizado pela posse de grandes capacidades militares. Neste se encontram estados como os Estados Unidos, o Reino Unido e Israel.

Por sua vez, o Eixo industrial desenvolvido pode ser visto como Estados onde a capacidade industrial é avançada e crescente, criando atritos ocasionais para com o eixo militar-rentista. Contudo, este não possui recursos de poder tradicionais que se comparem ao anterior. Podem ser citados os Tigres Asiáticos, bem como a União Europeia.

Já o Eixo industrial heterodoxo ou industrial emergente semiperiférico é formado por países cujo principal objetivo estratégico é manter seu desenvolvimento econômico, o que cria uma espécie de conflito permanente para com os militares-rentistas. Neste grupo se destacam os BRICS, bem como países como o Irã.

Por fim, o Eixo agrário, mineral e demográfico periférico é o grande conjunto das demais nações exportadoras de produtos primários sem recursos de poder para fazer frente aos demais, sendo conformado pela maior parte da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio.

Cabe notar, ainda, que neste sistema, a superfície geográfica do país, suas riquezas naturais, sua economia, população, pertencimento a Organizações Internacionais influentes, sua estabilidade político-institucional e suas forças armadas foram vistas como itens que poderiam ser quantificados e ranqueados. Contudo,

Sem dúvida, trata-se de elementos basilares, mas a forma como se articulam e sua importância relativa estão relacionadas com outros elementos qualitativos. Em primeiro lugar, há a evolução histórica (cada Estado-Nação tem suas características específicas), o nível de desenvolvimento social e econômico, o grau de articulação das elites no poder, a existência de um projeto nacional, as conexões internacionais e o posicionamento no sistema mundial, entre outros. (VISENTINI, 2019, p.9).

Contudo, a maximização do poder de um Estado em detrimento de outro, causa a oportunidade estratégica de superar o mais fraco, seja para ter acesso a recursos ou para de fato anexá-lo, por exemplo. Com isso, a tendência é de que o que pode garantir relativa paz ou estabilidade no Sistema Internacional é uma condição de igualdade entre

dois ou mais Estados ou bloco de Estados, onde a grande capacidade de recursos de poder possa causar a dissuasão de ações hostis. A ideia de Balança de Poder consiste nesse equilíbrio, onde o adversário é dissuadido de iniciar uma guerra pela ameaça de punição (LAYTON, 2022, p. 109)

Quanto ao poder dos Estados, diferentes são as variáveis. A extensão do território, quantidade de população, a capacidade de produzir alimento, as fontes energéticas, meios de produção industrial, riqueza, tecnologia, posse e capacidade de produção de armamentos, capacidade de mobilização social, mas também fatores intangíveis como identidade nacional e cultural, entre outros. Nesse sentido,

Segundo Liddell Hart, historiador militar inglês, a grande estratégia consiste no emprego não só dos meios militares, mas de todos os outros recursos de poder – econômicos, diplomáticos, humanos, psicossociais -, para atingir o objetivo político da guerra. (ALMEIDA MELLO, 2015 p. 70).

Em contrapartida, o estudo do emprego destes recursos de poder nas relações entre os Estados dentro de um sistema gera o acúmulo teórico que se compreende por Geopolítica, que se discutirá a seguir.

Considerações iniciais sobre modelos e teorias Geopolíticas

As teorias e modelos geopolíticos costumam ser didaticamente agrupadas em categorias como “escolas nacionais” ou “temáticas” (KERR-OLIVEIRA, 2012). Em relação aos modelos explicativos e teorias geopolíticas, Kerr-Oliveira (2012), defende que as categorias temáticas apresentam vantagens analíticas frente à das escolas nacionais:

A classificação em escolas nacionais é útil por criar categorias que são mutuamente excludentes, além de ser funcional para estudos comparados entre as principais abordagens e interpretações geopolíticas desenvolvidas em cada país, especialmente quando estas influenciaram a política e a estratégia dos Estados. Contudo, essa tipologia das escolas geopolíticas nacionais eleva significativamente o número de categorias, na medida em que tende a se expandir até alcançar o número de países existentes na atualidade ou em um passado recente. Este problema não desaparece totalmente quando se classifica as interpretações geopolíticas segundo abordagens temáticas, pois também é possível expandir excessivamente a quantidade de categorias ou subtemas passíveis de uma análise geopolítica. Contudo, esta abordagem permite sistematizar a abordagens geopolíticas em um número menor de categorias quando são utilizados critérios analíticos. (KERR-OLIVEIRA, 2012, p. 79-80).

Ademais, o mesmo autor sintetiza a seguinte tipologia para classificar alguns dos teóricos dominantes (ao menos no campo denominado Ocidental) da Geopolítica:

Considerando analiticamente os principais temas da geopolítica, pode-se, por exemplo, categorizar os principais teóricos clássicos em apenas três grandes grupos: a geopolítica do poder marítimo (Alfred Thayer Mahan e Julian Stafford Corbett), a geopolítica do poder terrestre (Halford John Mackinder, Karl Ernst Haushofer, Nicholas John Spykman), e a geopolítica do poder aéreo (Giulio Douhet; William Lendrum Mitchell, Hugh Montague Trenchard e Alexander Prokofieff Seversky). Assim, pode-se incluir nestas categorias, as novas gerações de autores que retomaram, atualizaram ou adaptaram muitas das abordagens clássicas, nos campos da geopolítica do poder terrestre (Zbigniew Kazimierz Brzezinski, Yves Lacoste, Leonel Itaussu de Almeida Mello), do poder naval (George Modelski, Karen A. Rasler e William R. Thompson) ou do poder aéreo (John Richard Boyd, John Ashley Warden III).

Além disso, torna-se possível criar poucas categorias novas para incluir abordagens ou teóricos que desenvolveram interpretações geopolíticas mais recentes, como por exemplo, os que analisam a política das grandes potências voltadas para as capacidades militares de uso estratégico, como a geopolítica do poder nuclear (Herman Kahn, Thomas Schelling, Robert Strange McNamara), a geopolítica do poder espacial (Everett Carl Dolman, John J. Klein) e a geopolítica do poder cibernético (Richard A. Clarke, Robert K. Knake). Embora alguns autores trabalhem simultaneamente com a análise de mais de uma forma de poder, como o terrestre e o nuclear (John Mearsheimer), ou discutam a influência do conjunto das capacidades de uso estratégico para a distribuição de poder no sistema internacional (Marco Cepik & José Miguel Martins), esta tipologia se mostra bastante funcional para a categorização dos autores, teorias e interpretações geopolíticas mais relevantes. (KERR-OLIVEIRA, 2012, p. 80).

Ao analisar proposições que evidenciem a deriva histórica da produção teórica, Halford Mackinder identifica o que chama de “Pivô Geográfico da História” (MACKINDER, 1904), no modelo explicativo-teórico do que viria a ser conhecido posteriormente a teoria do *Heartland*. Em suma, a área pivô, ou *Heartland*, no centro da Eurásia, ou no “coração” da Eurásia, isolada pela região polar norte, por uma série de cadeias de montanhas, abundante em recursos, com uma grande população (embora demograficamente de baixa densidade, devido à extensão territorial), com solos férteis e cultiváveis, e abundância de recursos minerais e energéticos, teria condições geográficas de desenvolver um significativo poder terrestre, de escala continental.

Com o controle da região do *Heartland*, e destes recursos, uma potência estaria

segura no território, sofrendo poucos riscos, e poderia, a partir deste, iniciar campanhas militares expansionistas.

Por outro lado, nas bordas desta região, territórios menores no litoral desenvolveram uma proeminência marítima, seja mercantil ou militar, natural. Essa oposição de vocações construiria um sistema básico de Terra *versus* Mar, representado pela oposição entre lógicas geopolíticas mais estáticas, contra outra lógica mais “dinâmica” (KERR-OLIVEIRA, 2012). Nesse sistema, o poder marítimo tem maior mobilidade, mas o poder terrestre pode avançar neste sentido com a construção de soluções em infraestrutura, sendo necessário ocupar o território por completo, integrando-o e proporcionando desenvolvimento.

FIGURA 4: O mundo segundo Mackinder (1904)



Fonte: ALMEIDA MELLO, 2015, p. 46.

Um ponto importante da visão do autor é da unicidade da massa de água do globo terrestre, tendo em vista o Sistema Internacional fechado, com continentes já conhecidos àquele momento histórico.

Posteriormente, Nicholas Spykman compartilharia desta visão sobre o mar e sobre a terra, em sua teoria do *Rimland*, ou seja, da porção de terra ao redor do *Heartland*. Seu modelo explicativo, contudo, priorizava o controle justamente sobre essas zonas com capacidade de cercar a região oposta em termos estratégicos, enclausurando o inimigo em seu próprio território.

Figura 5: O Mundo segundo Spykman (1944)



Fonte: ALMEIDA MELLO, 2015, p. 116.

Figura 6: O papel do *Rimland* para o controle da Eurásia, segundo Spykman



Anos mais tarde, no âmbito da Guerra Fria, essa linha histórica de continuidade

teórica chega à produção de Zbigniew Brzezinski. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era a potência do Heartland, e a chave para a vitória estaria nesta região ao seu entorno. O primeiro grande ponto, tendo em vista a capacidade de destruição mútua, é que vencer o adversário é definido em termos de prevalecer. É necessário sair fortalecido deste conflito. Outro, é de que a grande capacidade econômica, política e militar soviética precisavam ser drenadas. Com isso, a proposta é de um arco de crise, nos territórios que faziam parte do bloco soviético e em suas fronteiras, capaz de desgastar politicamente esse adversário, obrigando-o a investir pesado e atuar de forma repressiva no próprio território, não apenas impedindo-o de crescer, mas possibilitando o seu colapso.

Deste avanço da atuação estratégica dos Estados, pode-se colher alguns pontos: *i.* A capacidade de vencer confrontos não reside apenas no poder militar, mas também econômico, político e cultural; *ii.* A construção de alianças menos voláteis e mais confiáveis passa pela interdependência, seja econômica, produtiva, militar; *iii.* Garantir a segurança de seu entorno, empurrando o ônus geográfico do conflito para longe de suas fronteiras, é fator importante para a integridade territorial; *Iv.* A autossuficiência econômica, e a diversidade de qualidade de recursos são chaves para um salto de segurança.

Contudo, a autossuficiência econômica teórica não é historicamente factível. A ver, o Império Romano no auge de sua posse territorial era amplo nos mais variados recursos e população, mas o sistema que mantinha esse sistema operante era baseado nos ganhos econômicos e produtivos das conquistas. Quando o custo militar e produtivo destas conquistas se tornou maior que a possibilidade de mobilização de recursos de poder pelo Império, este ruiu.

Mais especificamente, mesmo sem o fator de uma ampla máquina de guerras de conquista, os Estados modernos têm duas dificuldades: consumir tudo o que se produz e produzir tudo o que se consome. O comércio internacional é uma realidade necessária, sob pena do isolamento criar a impossibilidade de crescimento ou mesmo a possibilidade do desabastecimento. Com isso, a vulnerabilidade relativa também é uma realidade. A diversificação de parceiros, fornecedores e compradores, é uma estratégia importante. Em adição, o uso de instrumentos como embargos econômicos, dumping, desvalorização cambial ou outros para a busca de interesses nacionais é uma

possibilidade.

Em termos militares, o século XX demonstra a necessidade do controle não apenas do próprio território, mas da segurança no entorno deste, e de estratégias que impossibilitem a atuação de potências hostis em suas fronteiras. A proposição do Glacis em Jean Paul Charnay, que consiste na manutenção de uma área na qual devem ser drenadas as capacidades mobilizadas no ataque por parte de um invasor antes de serem atingidos centros políticos e simbólicos do Estado. É nesse sentido que se constroem diferentes estratégias de Negação de Área/Antiaceso. Em suma, o que se propõe é impossibilitar ou dificultar a atuação do adversário através de ferramentas de controle. O “Domo de Ferro” como é conhecido o escuro antiaéreo israelense, ou a instalação de minas e bombas flutuantes no Mar Negro pela Ucrânia no contexto da defesa contra a Rússia são exemplos práticos.

Contudo, se a história demonstra a necessidade de estar seguro mesmo para além do próprio território, uma das possibilidades que se apresentam é o emprego de Táticas de Zona Cinza:

Ele considerou que os conflitos de Zona Cinza envolvem a busca proposital de objetivos políticos por meio de operações cuidadosamente planejadas; um movimento medido em direção aos objetivos, em vez de buscar resultados decisivos dentro de um período de tempo especificado; agir para permanecer abaixo dos limiares escalatórios de modo a evitar a guerra; e o uso de todos os instrumentos do poder nacional, particularmente ferramentas não militares e não cinéticas. Notadamente as atividades de Zona Cinza não incluem fazer a guerra, mas sim buscar ativamente evita-la. Ao excluir a guerra, mas também não ser pacífica, a ideia da Zona Cinza obscurece a distinção entre as duas, criando um meio-termo indefinido. (LAYTON, 2022, p. 105).

As táticas de Zona Cinza se diferem das táticas de Guerra Híbrida pois nestas últimas o uso da força existe ao menos como possibilidade ou ameaça. Enquanto na Zona Cinza não há esta deriva, mesmo porque o próprio alvo precisa ser cooperativo. No Sistema Internacional do século XXI, a necessidade mútua entre as partes, desenvolvida através de décadas de relações produtivas, causa um ambiente de cooperação. Por isso, o enfrentamento de longo prazo abaixo da temperatura que possa causar um conflito aberto representa um caminho prático.

CAPÍTULO 2 :

AS ESTRATÉGIAS

DOS EUA E DA CHINA

CAPÍTULO 2 – AS ESTRATÉGIAS DOS EUA E DA CHINA

Este capítulo tem por objetivo apresentar brevemente a posição geopolítica e a estratégia adotada pelos Estados Unidos e pela China, de forma a viabilizar a subsequente análise do papel do QUAD para cada uma dessas potências e para a região.

2.1. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)

Os Estados Unidos da América possuem algumas condições *sui generis* no Sistema Internacional. Sua colonização de povoamento, diferente das colônias de exploração da América Ibérica, desde o início de sua história reservaram características especiais para o seu desenvolvimento. A sangrenta conquista Marcha para o Oeste, e a possibilidade da conquista de um extenso território banhado a leste pelo Oceano Atlântico e a oeste pelo Oceano Pacífico, possuindo larga escala de terras cultiváveis e isolado de maiores adversários estratégicos.

No início do século XX, os Estados Unidos não ocupavam mais do que uma posição periférica no Sistema Internacional, sem grandes capacidades para, por si só, alçar-se à posição de hegemonia do sistema. A força motriz para a alteração do sistema foi criada a partir do próprio continente europeu, levando em consideração o cenário de destruição colhido através das Guerras Mundiais, sendo este território onde a maioria das batalhas se dá.

A drenagem das capacidades de poder dos Estados europeus, bem como a sua destruição abrem espaços para que o centro do Sistema Internacional seja deslocado. É somente com o fim da Segunda Guerra Mundial, com o comprometimento da Europa e da economia britânica, cuja moeda era dominante no Sistema Internacional até então que abre espaço para uma potência em ascensão.

Se os Estados Unidos passam por uma década de 1930 complexa, após a Crise de 1929, estes saem perfeitamente fortalecidos da Segunda Guerra Mundial. A ausência de confrontos em seus territórios, a derrocada do poder relativo de seus adversários e a própria capacidade de investimento pesado na reconstrução europeia são pontos de destaque. Como resultado, a moeda americana ganhou rodagem internacional e confiabilidade. É nesse cenário que a construção de novas instâncias do Sistema Internacional se daria, sendo que o acordo de Bretton-Woods reservou a centralidade do sistema financeiro internacional aos Estados Unidos, bem como as estruturas políticas a partir de então, representadas pela criação da Organização das Nações Unidas, e também no campo militar, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Posteriormente, o sucesso norte-americano na Guerra Fria consolidaria uma condição estratégica segura aos Estados Unidos, em virtude da realidade de ser a única superpotência restante no Sistema Internacional após o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Contudo, no período em que se seguiu, apesar da mudança de pautas e adversários, as estruturas foram mantidas e aprofundadas. Não houve desmobilização do aparato norte-americano. Pelo contrário, a modernização militar foi constante desde então, e o número de alianças apenas cresceu ao longo das décadas seguintes. O resultado foi a consolidação da posição de potência hegemônica capaz de tomar importantes decisões de forma unilateral. Como exemplo, a saída do Afeganistão de forma abrupta em 2021, depois de décadas de intervenção militar, custeada não apenas com recursos próprios, mas empregando ainda recursos de aliados, foi considerada uma surpresa para parte dos interlocutores no Sistema Internacional.

Quanto às agendas, os adversários e, com isso, objetivos, foram modificados. A partir da década de 1990 a grande pauta de segurança é o combate ao terrorismo, e principalmente após os ataques de 11 de setembro de 2001, a atuação neste sentido é ampliada, com destaque para o Oriente Médio, cabendo leituras divergentes sobre os interesses reais nestas operações, a forma de atuação e seus resultados. Ainda que a pauta tenha sofrido alterações, o interesse que move o Estado se mantém o mesmo: maximizar suas capacidades de poder em detrimento das outras unidades do Sistema Internacional.

Com a ascensão chinesa e, no governo Xi Jinping, sua atuação mais assertiva, a despeito de uma ascensão pacífica anterior, em um amplo processo de modernizações com capacidade para ultrapassar os norte-americanos ainda na primeira metade do século XXI, esse modelo estava definhando durante a última década. O estopim, no entanto, veio com a invasão russa à Ucrânia, em resposta à possibilidade desta última adentrar a OTAN e levar a fronteira da aliança militar capitaneada pelos Estados Unidos até as portas do território russo.

A estratégia estadunidense em termos geopolíticos replica, certa maneira, para a China, fatores que foram importantes para a vitória na Guerra Fria. A manutenção de um arco de crise em torno do oponente, onde esta precisa gastar uma série de recursos de poder, seja militar, político, diplomático, se mantém. Como exemplo, oficialmente a diplomacia de Washington reconhece o princípio de uma China, tendo relações com o governo de Pequim. Contudo, mantém relações com Taiwan, tendo nesta um ponto focal de sua atuação no Mar do Sul da China, mobilizando forças navais e mantendo uma forte atividade política pela independência do governo de Taipé.

Contudo, esta atuação vai para além do entorno imediato do território chinês. Historicamente, Washington compreendeu o globo dividido em porções de terra,

sendo América do Norte, do Sul, Eurásia, África e Austrália, em vista da abertura dos

Canais de Suez e do Panamá. Para a sua projeção global de poder, e para a segurança no seu território e entorno, há a busca pela manutenção de poderes equilibrados na Eurásia, sem que um Estado possa, em torno de si, mobilizar as capacidades estratégicas desta região, pela manutenção de bases próprias e aliadas nestas fronteiras, e de forma crucial a hegemonia incontestável no Hemisfério Ocidental.

No plano internacional, a manutenção da hegemonia estadunidense passa pelo sucesso de um leque amplo de iniciativas.

No campo econômico, O Sistema financeiro internacional se organiza de forma a privilegiar Washington a partir do sistema de Bretton-Woods, organizando o câmbio a partir do padrão ouro-dólar, consolidando o dólar como a moeda de circulação internacional, muito embora a libra esterlina se mantenha ao longo do tempo mais valorizada.

Quanto à frente militar, há a predileção pela construção de mecanismos militares multilaterais (SONG ZHONPING, 2020), com centralidade para a Organização do Tratado do Atlântico Norte, mas que abarca outras organizações como o próprio QUAD e a AUKUS, com vistas não apenas a manter a amplitude atual, mas de expandir tais alianças com direção ao Indo-Pacífico, mantendo bases navais e aéreas no Mar do Sul da China (MSCh) levando na medida do possível a própria OTAN até o leste da China, Desenvolvendo sua estratégia de "rebalanceamento", reforçando a presença militar e alianças militares na região da Ásia-Pacífico. Nestas alianças, destaque-se as iniciativas de modernização militar, especialmente a definição do valor do PIB a ser investido nessa área por cada Estado membro no âmbito da OTAN, mantendo e ampliando a vantagem estadunidense em tecnologias militares de ponta através de suas alianças mais variadas.

Ainda, a vantagem em recursos naturais estratégicos é uma necessidade que direciona a política externa de Washington. Não ao acaso, o governo de Joe Biden buscou melhorias nas relações com a Venezuela durante o segundo semestre de 2022. Quando a Rússia iniciou as operações militares em território ucraniano, a forma dos Estados Unidos atuarem contra Moscou sem envolver-se diretamente com tropas em campo de batalha foi o desenvolvimento de sanções econômicas, destacadamente voltadas ao setor energético, buscando distanciar outros Estados, destacadamente europeus, de um grande fornecedor. Contudo, o resultado prático foi a queda do preço da energia russa frente às demais alianças dos norte-americanos, e a busca por uma opção à produção russa capaz de suprir a demanda atual e contrabalancear o

aumento de preços do mercado internacional esteve na Venezuela. Em suma, o controle dos meios de comércio dos recursos energéticos no sistema internacional representa uma vantagem importante aos Estados Unidos, que apenas poderia ser alcançada pela China com o controle do Mar do Sul da China (MSCh) combinado a amplas e estáveis relações de fornecimento com a Rússia e Oriente Médio.

Frente à China, em específico, as relações financeiras são cruciais. A compra chinesa de títulos do tesouro americano ajuda a sustentar o déficit do Estado. Por outro lado, as multinacionais estadunidenses americanas encontram na China um excelente polo de produção, integrante basilar de suas cadeias produtiva globais e um vasto mercado.

No entanto, em se tratando de termos militares, uma corrida se desenha ao menos desde a década de 1950, quando se posiciona no Estreito de Taiwan com sistemas de mísseis com capacidade nuclear. A supremacia, no entanto, carece de meios de impedir o incremento das capacidades militares chinesas, e é nesse âmbito que se inserem as sanções do governo Joe Biden à produção de chips e microprocessadores na China. Mas além de enfraquecer a modernização eletrônica em curso no país asiático, outras preocupações por parte dos Estados Unidos são a crescente presença chinesa do Mar do Sul da China (MSCh), região rica em fontes energéticas, com elevado potencial de pesca, e o avanço de técnicas de negação de área, que tornam cada vez menos vulnerável este território oàs capacidades militares de projeção de forças estadunidense norte-americanas.

Segundo Akram (2021, p. 4) o Departamento de Defesa estabelece seus objetivos no MSCh como deter o conflito e coerção e responder decisivamente quando necessário. Com isso, a presença militar é constante e crescente e, segundo dados levantados por Akram (2021) incluem 15 bases militares no Japão e 23 na Coréia do Sul, em uma construção que não apenas tem como questão de segurança a contenção à China mas também à Coréia do Norte, para além da possibilidade de envolvimento nas tensões entre China e Taiwan.

Nesse sentido, Graham (2018) considera que a Nova Estratégia de segurança dos Estados Unidos destaca a região do Indo-Pacífico. Em adição, Kersten (2018) frisa que a concepção norte-americana de Indo-Pacífico se refere ao território que vai da costa do continente americano até a península indiana, diferenciando-se de outras concepções, como a japonesa, vigente ao menos desde 2017 quando Japão e Índia criam fóruns de diálogo na África, fazendo com que sua concepção da região se estenda até esta costa.

Não é nova, contudo, a atuação americana na região. Na primeira Crise dos Estreitos, nos anos 1950:

Em 1954, a frota americana se posicionou no Estreito como forma de evitar uma confrontação direta. Nesse episódio que o então Presidente dos EUA, Eisenhower, declarou que não descartaria a utilização da bomba atômica em um possível conflito na região. (FEDDERSEN, MAGNO, MOREIRA SILVA & CHIARELLI, 2015, p. 63).

Para além desta presença constante, faz parte das necessidades estratégicas norte-americanas desenvolver a capacidade de prevalecer frente a técnicas de negação de área chinesas, garantindo assim a permeabilidade das forças americanas na região:

A partir da percepção de que poderia ter sua capacidade de projeção de força negada, desenvolve-se nos Estados Unidos o Conceito Conjunto para Acesso e Manobra nos Comuns Globais (JAM-GC)¹⁷. Chamada anteriormente de Batalha Aeronaval (AirSea Battle), foi atualizada no início de 2015 pela Instrução 3010.02D do Presidente do EstadoMaior Conjunto dos Estados Unidos, mas ainda mantém o objetivo original: estabelecer um conceito operacional conjunto para contrarrestar o desenvolvimento das técnicas A2/AD. Seu desenvolvimento se deu a partir da percepção de que a capacidade de projeção estadunidense – que serve ao propósito de manter o Comando dos Comuns (mar, ar e espaço), ou seja, a própria hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional – estaria ameaçada pelo A2/AD. (FEDDERSEN, MAGNO, MOREIRA SILVA & CHIARELLI, 2015, p. 68-69).

Neste contexto, a Estratégia estadunidense para a Ásia, está centrada na contenção da China, através do estabelecimento de alianças com países que possuem rivalidades históricas, disputas territoriais com a China e/ou percebem este país como uma ameaça real ou potencial aos seus interesses.

2.2. A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: ESTRATÉGIA E INTERESSES

A República Popular da China, enquanto Estado Nacional possui uma matriz cultural milenar relevante, um projeto político claro de sua elite, vasto território, numerosa população e abundantes recursos naturais. Contudo, é no século XX que se desenvolvem os grandes processos que dariam início à guinada rumo à condição de possível potência do Sistema Internacional. O início deste processo está na derrubada da dinastia Qing e criação da República da China em 1911, que é o ponto que interrompe o antigo regime abrindo caminho para reformas estruturantes a partir do Estado. Uma nova grande mudança de regime viria em 1949 com a Proclamação da República Popular da China sob MaoTse-Tung ao fim da Guerra

Civil Chinesa. Estes episódios marcaram rupturas na institucionalidade do Estado chinês, seu desenvolvimento histórico, sucessão e políticas.

Após Mao, o período de Deng Xiaoping, iniciado em 1978 traria avanços que impulsionam o processo de modernização até os dias atuais. É nesse período que passam a ser levadas a cabo as quatro modernizações – agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa – com vistas a superar o atraso do país em relação ao Sistema Internacional, além da abertura ao capital internacional via Zonas Econômicas Especiais.

Nesse processo, as relações para com os Estados Unidos são rompidas a partir da Revolução, marcada por uma postura isolacionista, mas reatadas a partir das tensões entre China e União Soviética no período da Guerra Fria. No governo Deng Xiaoping, a postura isolacionista é rompida, havendo a reaproximação aos Estados Unidos cujos investimentos ao longo da história a partir de então causam o superávit que financiaria a partir de então a grande capacidade de investimento chinês e, para além do desenvolvimento nacional, a assertividade internacional para a ser uma máxima. A partir desse momento, no entanto, Pequim passa a reconhecer o enfraquecimento da sua posição estratégica no sistema internacional que

(...) pode ser depreendida de dois eventos: os “Protestos da Praça de Tiananmen” e a Terceira Crise dos Estreitos. O primeiro demonstra o fim do consenso criado a partir da diplomacia triangular de Nixon e as fraquezas político-diplomáticas da RPC. O segundo alerta para o atraso do Exército de Libertação Popular (ELP) da China e o progressivo distanciamento da RPC de completar a reunificação nacional, o seu principal objetivo desde a segunda conflagração sino-japonesa. (FEDDERSEN, MAGNO, MOREIRA SILVA & CHIARELLI, 2015, p. 66).

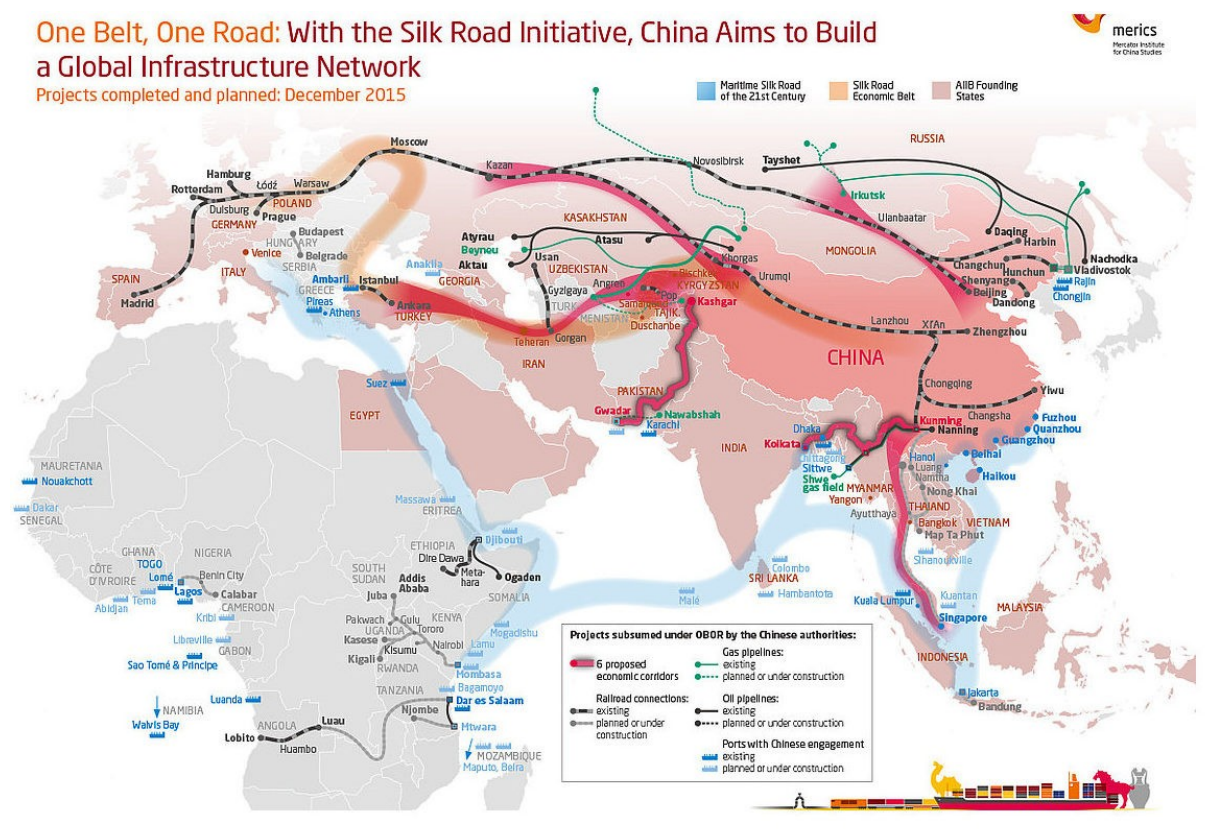
Ao passo que as quatro modernizações passariam a suprir necessidades básicas do Estado chinês, o contexto histórico do século XX imprimiu uma característica única a Pequim: a estratégia de *Low Profile*. A prioridade no curto prazo é de manutenção do status quo do sistema internacional, com ajustes pontuais em vista de problemáticas econômicas, políticas e diplomáticas da inserção internacional chinesa. Isso significa dizer que há uma postura reformista no Sistema Internacional, mas que não representa um entrave para a integração a este. De fato, o país não reivindicou a condição de país desenvolvido, muito embora desde 1994 já exista a expectativa da China como maior polo econômico de todos e potência anfíbia eurásiana (ALMEIDA MELLO, 2015, p, 211). Pelo contrário, quem reivindica o reconhecimento do Estado Chinês como um país desenvolvido é o governo de Washington, no âmbito do período Trump e da Guerra Comercial para com a China. Da parte de Pequim, é consolidado o desenvolvimento pacífico, bem como a defesa da soberania,

restauração do território e fortalecimento do novo conceito de segurança (JUNIOR E GODINHO, 2019, p. 792).

Da parte chinesa, o que há de fato, é a defesa da multipolaridade, com a diluição do poder no Sistema em torno de um número maior de polos, o que ocasiona a dificuldade da criação de coalizões antichinesas.

Nesse contexto, os interesses econômicos chineses têm destaque para Nova Rota da Seda, lançada em 2013, que a partir de 2018 passou a ser denominada *Belt and Road Initiative*, sendo uma estratégia de inserção internacional com destaque para o financiamento de projetos de infraestrutura, mas também de comunicação política, comércio desimpedido e circulação monetária com retorno comercial ou estratégico para com a China, interligando o território chinês à Europa e África, passando por dezenas de países. Através deste, o país exporta um excedente de infraestrutura (CARR, 2018).

FIGURA 7: A Nova Rota da Seda



Fonte: Mercator Institute for China Studies (MERICS).

Com isso, se tornou o centro de fluxos de riqueza, tomada de decisão de iniciativas diplomáticas em termos de integração e bancos de fomento (PAUTASSO & UNGARETTI, 2017, p. 26), representando o aprofundamento da proatividade chinesa na configuração da

dinâmica de integração regional, combinando a característica do pujante desenvolvimento nacional à uma cada vez mais presente assertividade internacional, principalmente a partir da crise financeira mundial de 2008, que abriu espaço entre os desenvolvidos para que os países em desenvolvimento fossem motores das grandes definições globais, marcadamente pela atuação mais ampla do G-20 em detrimento do G- 8.

Através do BRI, a China aumenta sua projeção internacional de poder, solidifica sua condição de potência regional, projeta-se em uma posição privilegiada no Sistema Internacional, além de concentrar interesses fundamentais como desenvolvimento e integridade territorial. Com isso, responde à presença de Washington na região, atuando em face a seus principais desafios de segurança, garante a ampla rodagem internacional de sua moeda, cria mercado para suas indústrias, diversifica rotas de importação e exportação e amplia o suprimento de recursos naturais e energéticos (PAUTASSO & UNGARETTI, 2017). Além disso, através do tratado constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, fica assegurado o compromisso com a prevenção a choques financeiros externos.

São principais rotas terrestres do BRI as interligações da China com a Europa a através da Ásia Central e da Rússia, da China com o Oriente Médio Através da Ásia Central e da China com o Sudeste Asiático e Ásia Meridional até o Oceano Índico. Já quanto às rotas marítimas há a ligação da China à Europa através do Mar do Sul da China e Oceano Índico e da China ao Pacífico Sul através do Mar do Sul da China (PAUTASSO & UNGARETTI, 2017, p. 29).

Em termos de segurança nacional, as prioridades chinesas são a luta contra o terrorismo, extremismo e separatismo. Contudo, uma vez que o fomento a um arco de crise, incluindo o incentivo a movimentos separatistas, faz parte da atuação do principal adversário estratégico chinês, a segurança nacional necessariamente está ligada a conter a atuação dos Estados Unidos na região

(...) a Esta constatação decorre de três razões principais: geopolítica, visando conter a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para a Ásia Central; econômica, objetivando colocar sob controle sino-russo os recursos naturais da Ásia Central; e estratégica, procurando garantir a estabilidade das fronteiras ocidentais da China (PAUTASSO & KERR-OLIVEIRA, 2008, p. 368).

A partir da década de 1990 os novos conceitos de segurança chineses, que incluem uma ampla modernização militar, têm especial atenção à presença militar dos Estados Unidos na região. Nesse sentido, a contenção de comportamentos que possam se tornar violentos, a defesa do livre mercado, a interdependência, a criação de interesses comuns e a redução de conflitos

A modernização militar chinesa, nesse sentido, é caracterizada pelo uso da tecnologia e digitalização, construindo um exército informatizado capaz de ser coordenado em tempo real, com um amplo processo de substituição de equipamentos antigos por novos a partir de 2015, e deve ser concluída em 2049 consolidando o Exército de Libertação Popular como referência global para a continuidade do século XXI.

FIGURA 8: As capacidades de negação de área / negação de acesso (A2/AD) chinesas



30

modernização desde uma posição mais baixa no Sistema Internacional em termos de poder. Ao se desenvolver em face de um sistema organizado por outra potência hegemônica, a segurança do próprio território é necessidade primeira, marcando a busca pelo amplo aprofundamento de técnicas de negação de área, e buscando a predominância chinesa em *Offshore Defense*, projetando-se em duas cadeias de ilhas, pretendendo assumir o controle da primeira, e projetar-se sobre a segunda (JUNIOR E GODINHO, 2019, p. 808), incluindo Taiwan além das Ilhas Paracel e Spratly e as Ilhas Marianas e Guam entre o Japão e as Filipinas, até a Nova Guiné, criando um novo glacis marítimo protetor do território chinês, onde um eventual adversário deverá esgotar suas forças, mantendo protegidos os centros políticos, econômicos e culturais chineses.

Esse espaço deriva da proposição da linha dos 11 traços, ainda na década de 1940, atualizada logo na sequência, sob o governo Zhou Enlai, para 9 traços, que demarca a região marítima dentro da qual o Estado chinês precisa ter segurança, mas que, sob sua própria visão, possui direito devido à milenar presença de sua população na região.

A modernização naval chinesa, e destacadamente a modernização do pensamento naval chinês, produz algumas tarefas importantes. A marinha que atuava em águas de baixa profundidade, com capacidades costeiras, de baixo alcance cada vez mais atua em águas azuis, com vistas a manter a presença chinesa em toda a amplitude do BRI, com capacidade para atuar do Oceano Índico ao Pacífico Ocidental.

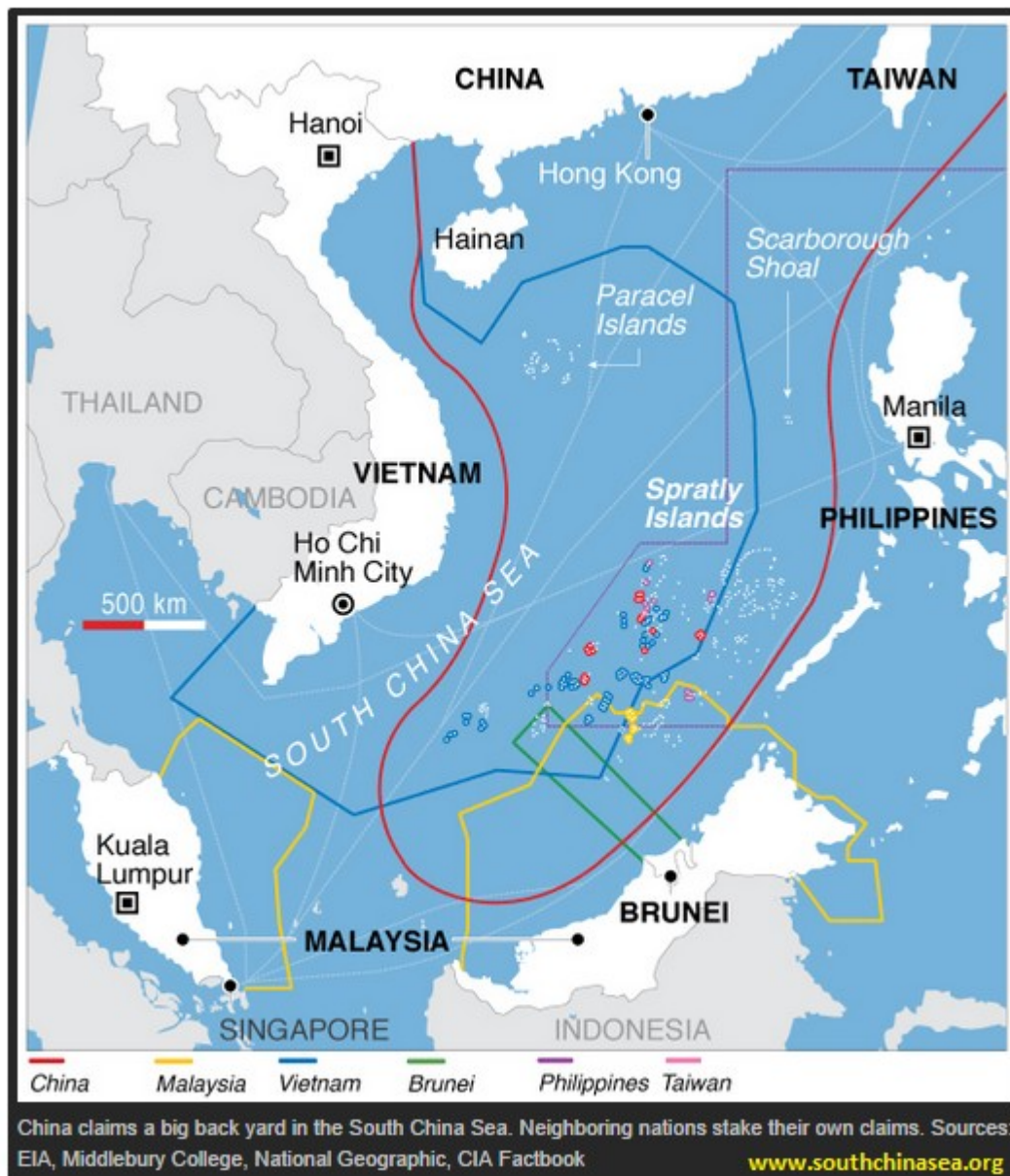
Figura 9: A China e as “duas cadeias de ilhas”



Fonte: JUNIOR & GODINHO, 2019, p. 804.

Esse comportamento é o resultado da conciliação de diferentes pensamentos estratégicos na China, sendo a visão da Guerra Local como tendência e a que vê a Revolução nos Assuntos Militares como regra.

FIGURA 10: Reivindicações de soberania feitas sobre o Mar do Sul da China.



Fonte: The South China Sea – Territorial Claims – Maps.

A soma destas criou uma estratégia de revolução de assuntos militares com supremacia local, tendo atenção à costa próxima, ao mar próximo e ao mar distante, em uma nova concepção do pensamento naval chinês que é resultado da adaptação ao cenário pós-guerra fria, deixando de lado os problemas sino-soviéticos para focalizar

novas configurações de poder e da expansão econômica chinesa, que significou o aumento notável do fluxo comercial e energético marítimo, que exige de Pequim um maior controle sobre o Mar do Sul da China (MSCh).

Ainda, há a diversidade de exercícios navais conjuntos, destacando-se os exercícios com a Rússia, garantindo a interoperabilidade das forças destes Estados, representando um importante ganho à segurança regional com capacidade real de projeção extra-regional.

A preocupação naval chinesa é justificada, e o Estreito de Malacca está no centro dessa problemática. Qualquer conflito na região tem a capacidade de ameaçar a distribuição de insumos tanto ao desenvolvimento chinês quanto aos mais variados Estados membros do BRI, sendo que aproximadamente 70% das importações energéticas chinesas passam pelo estreito, o que teria resultados catastróficos para a economia global, sendo, segundo Pautasso e Ungaretti (2017, p.37) que é justamente o mercado chinês que corresponde a cerca de 11% do comércio mundial de petróleo, 54% do consumo de alumínio, 48% do consumo de cobre e 45% do consumo de aço.

A questão energética, marcada pelo risco do Dilema de Malacca, é ainda central à modernização chinesa. O amplo investimento em infraestrutura em território nacional e internacional causa uma dependência forte de setores intensivos em energia, e se destacam as importações da Arábia Saudita, Angola, Rússia, Omã, Iraque e Irã. Além disso, segundo Delgado e Febraro (2017, p. 8) a projeção é de aumento da produção energética em 38%, enquanto o consumo energético deve subir 47% entre 2015 e 2035. Com isso, a crescente produção não é suficiente para o crescente consumo, causando o crescimento das importações. É salutar ressaltar, com isso, que a segurança energética influencia a inserção de países e seu alinhamento diplomático. (PAUTASSO & KERR-OLIVEIRA, 2008, p, 374). Uma das estratégias levadas a cabo são os acordos “Oil For Loan”,

no qual o Estado estimula uma empresa estatal a realizar investimentos para construção de infraestrutura, compra de ativos e/ou exploração de recursos naturais em outro país, com financiamento de longo prazo e juros abaixo do mercado fornecido por banco estatal chinês, tendo como contrapartida do país receptor o pagamento em uma matéria-prima estratégica. Nestas operações, não há preocupação com os preços de mercado do recurso natural ou dos juros, mas somente com o acesso garantido a tais recursos estratégicos em territórios de outros países, que são vitais em termos político-militares. (PADULA, 2019, p. 24)

Para além destes acordos, há ainda a construção de grandes gasodutos e oleodutos

atravessando o país, por mais complexos economicamente que possam ser, e, no campo internacional, a cooperação energética, com destaque para a Organização de Cooperação de Shanghai, a partir de 2001, incluindo países da Ásia Central, criando uma esfera de influências e parcerias estratégicas consolidando um importante laço entre a China e a Rússia, amplo fornecedor energético.

Dadas tais características, cabe a observação de que a vantagem estratégica é um princípio fundacional da atuação chinesa (LAYTON, 2022, p. 107). Isso se relaciona com características históricas do pensamento estratégico chinês. Sun Tzu pode ser lido como uma influência milenar no pensamento militar chinês, marcadamente pela produção “A Arte da Guerra”, no século V a.c., e um dos principais pilares está na delimitação de que a excelência não está em vencer todas as batalhas, mas em derrotar o inimigo sem mesmo precisar lutar. Isso marca uma característica importante da modernização chinesa e sua atuação atualmente. Apesar do plano de se tornar referência global até o prazo de 2049, o PLA não está presente nas maiores batalhas em curso na atualidade.

Outra questão estratégica importante é a diferenciação conceitual para com os estrategistas ocidentais. Enquanto os clássicos do Ocidente veem a realidade como uma série de fatores dados, tendo, inclusive, clássicos do século XX adeptos ao materialismo geográfico, os pensadores estratégicos chineses veem as situações como uma evolução constante. Com isso, não se utiliza de sua ação para reformar o mundo, pelo contrário, se utiliza o curso mundial que está em progresso em sua estratégia internacional (LAYTON, 2022, p. 108).

Dentro dessa concepção da atuação chinesa através de meios alternativos ao conflito aberto, considere-se que a ascensão pacífica não inibe a materialidade dos enfrentamentos. Contudo, o que se passa é o desenrolar destes conflitos em outros planos. Destacam-se nesse sentido as estratégias de Zona Cinza, compreendidas como ações que borram a distinção entre Paz e Guerra, avançando lentamente, mantendo baixas as temperaturas das principais crises, inibindo o crescimento das tensões para conflitos armados, e principalmente mantendo os próprios adversários cooperativos para com as suas estratégias, através de meios militares e não militares.

É somente a partir da crise financeira mundial de 2008 que a China se torna ainda mais assertiva no plano internacional, e destacadamente no período do governo Xi Jinping, a partir de 2013, que a China passa a alterar sua atuação com vistas a, de fato, assumir um posto de poder no Sistema Internacional que, de fato, representa. Com isso, há o endurecimento de sua posição sobre fronteiras, o que traz novamente à tona a questão de Taiwan, bem como Hong Kong e as fronteiras com a Índia, sendo que, com esta, há tensões extras que derivam da

construção do Corredor Econômico China-Paquistão, que consiste em uma série de rodovias, ferrovias e empreendimentos energéticos que conectam o Oeste do território chinês ao porto de Gwadar no Paquistão, desenvolvido pelo governo de Pequim no Mar Árábico (TORRI, 2022, p.22).

É justamente essa assertividade chinesa a partir de Xi Jinping, e o descontentamento de países na região que possuem interesses em conflito com Pequim que impulsiona o renascimento do Diálogo Quadrilateral de Segurança, visto por diferentes analistas, neste momento, como um mecanismo de cooperação com características antichinesas.

Do ponto de vista chinês, no entanto, o QUAD não assusta, uma vez que os países orientais presentes não estariam dispostos a enveredar em questões geopolíticas dos Estados Unidos (GABRIEL & CARVALHO, 2021). Ainda, o BRI se mantém aberto a todos os países, incluído os membros do QUAD (ZHU, 2018).

2.3. O QUAD

O Diálogo Quadrilateral de Segurança, ou QUAD, é até o momento não mais que um grupo informal presente no Sistema Internacional, não sendo ainda uma organização, mas desenvolvendo atuação conjunta em diferentes áreas, com destaque para os exercícios militares, e colhendo aprofundamento de relações que pode ser evidenciada pelo comunicado conjunto “O Espírito dos QUAD”.

O grupo surge em 2004, quando Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália se unem com vistas a mobilizar esforços para reverter os estragos causados pelo sismo e decorrente tsunami, com epicentro na Costa de Sumatra, na Indonésia. À época, Shinzo Abe chega a propor que a organização se torne permanente, mas, sem interesse dos demais, não foi possível. Contudo, em seu retorno ao poder em 2017, o cenário era diferente.

O principal motivo desta diferença se deve à ascensão do governo Trump, com uma política distinta das anteriores para a Ásia. O enfrentamento à China, um dos pontos centrais de sua política externa, possibilitava o interesse em alianças locais de chave anti-chinesa.

As motivações de cada Estado para a participação, no entanto, são distintas, o que causa dificuldades até mesmo para que os diversos grupos de trabalho criados no âmbito da organização possam dar retorno de políticas que se tornem materiais no Sistema Internacional de fato.

A Austrália busca na participação no QUAD para buscar uma posição mais equalitária dentro dela e, conseqüentemente, melhorar sua posição no Sistema Internacional AKRAM,

2021, p. 4). A análise é que a organização pode oferecer à Austrália uma voz a ser ouvida em novos fóruns (ZALA, 2018). Contudo, a participação australiana na organização parece já mostrar resultados nas políticas desenvolvidas pelo governo de Camberra. A Atualização de sua estratégia de defesa de 2020 cita que os interesses nacionais são atingidos por atividades de Zona Cinza no Indo-Pacífico, da militarização do Mar do Sul da China à interferência ativa, campanhas de desinformação e coerção econômica (LAYTON, 2022, p. 110).

Por outro lado, a China é o segundo maior parceiro comercial australiano, com importantes relações energéticas, e, segundo Hall (2018) o Lobby chinês na Austrália trata o QUAD como potencialmente perigoso, considerando que este causa ansiedade em parte da comunidade política australiana.

O Japão, por sua vez, é visto por Carr (2018) como aberto à reaproximação com a China, muito embora as relações com os Estados Unidos sejam profícuas e as relações com a Índia cada vez mais estreitas. É justamente junto à Índia que o Japão propõe em 2017 o Corredor de Crescimento Ásia-África, contando, segundo Zhu (2018) com as mesmas palavras-chave do BRI.

Ainda, segundo Kersten, (2018) é central para a participação japonesa no QUAD a confluência com sua própria estratégia de defesa, uma vez que a China assertiva no Mar do Sul da China (MSCh) é catalisadora para que o governo de Tóquio associe sua imagem ao papel de guardião de valores globais, com destaque para a esfera marítima.

Nova Delhi, no entanto, é interessada na participação no QUAD em busca de uma posição melhor no Sistema Internacional. Há alguns pontos centrais para a participação indiana. Belardeli (2021) percebe uma resposta às provocações chinesas, sendo, nessa percepção, central a disputa territorial em Ladakh.

No entanto a participação em uma aliança com os Estados Unidos, organizada em perspectiva anti-chinesa é complexa aos indianos. Tanto a cooperação quanto as desconfianças mútuas são reais nas relações com a China bem como nas relações com os Estados Unidos.

A Índia tem na centralidade de sua política de segurança de potência emergente o Paquistão como adversário geopolítico. Países que produzem relações próximas com o país vizinho podem ser alvos de tensões, o que ocorre expressivamente com a China. O Corredor Econômico China-Paquistão, conjunto de obras de infraestrutura que ligam ambos os países, com destaque para o Porto de Gwadar no Paquistão, cujas operações são de direito chinesas até 2055. Contudo, tal conjunto passa pela Cashemira, ocupada pelo Paquistão, mas reivindicada pela Índia. Além disso, o Colar de Pérolas da China, conjunto de instalações militares e comerciais de relações chinesas no Indo-Pacífico chegando à costa do continente africano, é

visto como um problema de soberania indiano, uma vez que neste se incluem portos indianos, outros pontos de conflito são a oposição chinesa ao empréstimo em 2009 no Banco de Desenvolvimento Asiático que financiaria a execução de projetos indianos em Arunachal Pradesh, área em disputa entre as duas partes.

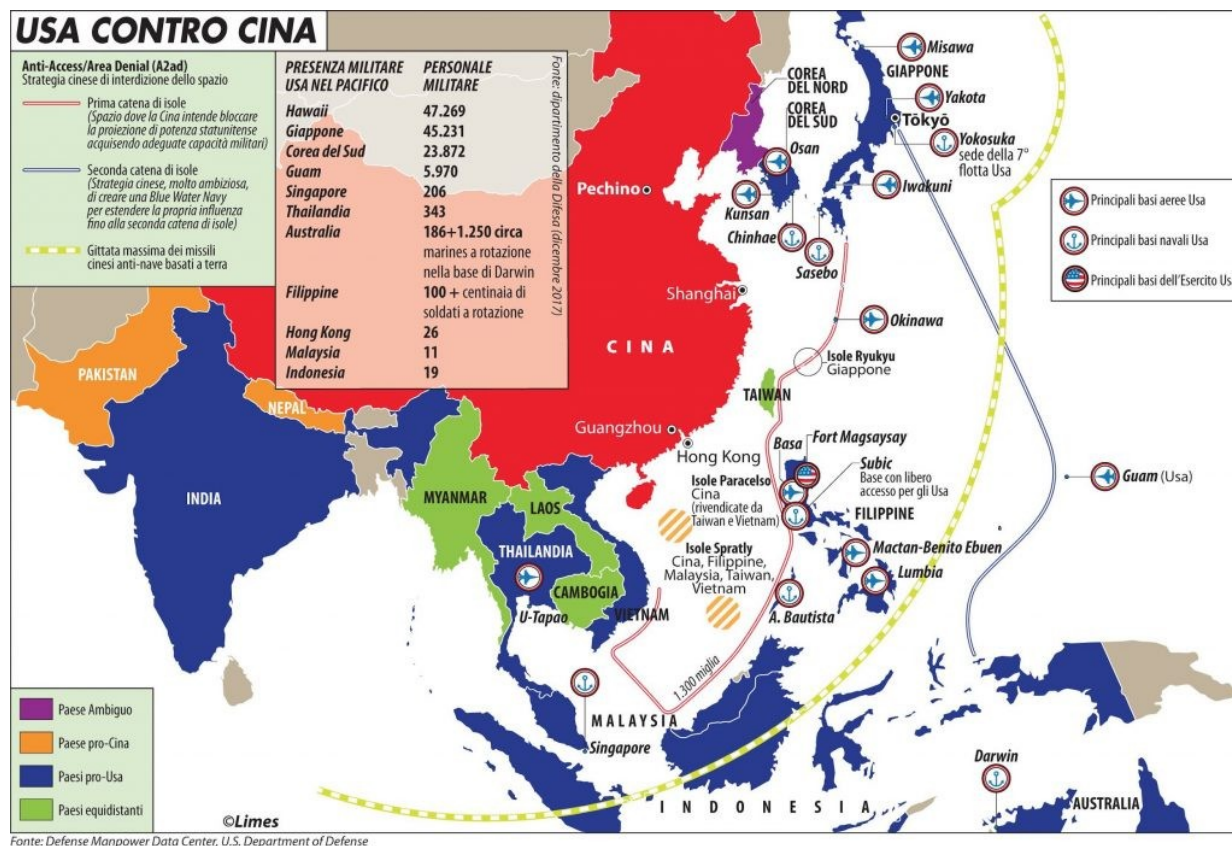
Pouco antes, em 2008, a China negou a proposição russa de entrada da Índia no Conselho de Segurança nas Nações Unidas. Ainda, os países possuem questões de fronteiras. Se em tempos de paz são consolidados avanços, como é possível ver na criação de grupos de trabalho em 1988 e acordo de manutenção de paz em 1993, há momentos de tensão que deterioram estas relações. Estes problemas entre as partes consolidam uma linha política de questionamento dos interesses chineses para a região, vista pelos Estados Unidos como chave para conter a expansão da China no mar e no espaço (GONÇALVES, 2021).

Por outro lado, são as relações de apoio dos Estados Unidos ao programa nuclear indiano a partir de 2005 que marcam relações mais estreitas entre as partes, muito embora em 1974 os próprios norte-americanos tenham atuado pelo desmantelamento do arsenal nuclear indiano. Por outro lado, os Estados Unidos foram os principais parceiros comerciais da Índia desde os anos 1950. Segundo Torri (2022, p. 1), no entanto, analistas veem o estreitamento das relações entre Índia e Estados Unidos como uma consequência das relações em crise entre Índia e China.

Contudo, as relações com as partes do QUAD não são completamente pacíficas e profundas. Embora Austrália e Japão possuam alianças militares com os Estados Unidos, a Índia não possui. Por outro lado, segundo Carr (2018) a Índia exclui a Austrália de participação nos exercícios Malabar, e o primeiro-ministro Modi parecia priorizar as relações com a China. Ainda, se as relações com os Estados Unidos iam bem desde o apoio norte-americano ao programa nuclear indiano, a partir do governo Trump, com a política de “America First” de Washington, as relações entre as partes se deterioram.

O QUAD em si, tendo a característica de contraste à China no nível político, geopolítico, militar, comercial e mesmo sanitário, no âmbito da pandemia da Covid-19 (BELARDELI, 2021), estaria aberto à entrada de países no entorno chinês preocupados com o comportamento de Pequim. Em certa medida, esta estratégia se assemelha à expansão da OTAN até a fronteira do território chinês com a proposição da entrada da Ucrânia na organização. Se em ambos os casos, as proposições não se tornaram realidade, mostram ao menos uma característica recorrente da atuação geoestratégia estadunidense.

FIGURA 11: OS EUA Contra a China no Indo-Pacífico



Fonte: Revista Italiana de Geopolítica <<https://www.limesonline.com/carta-usa-contro-cina/106599>>

Até o momento, com destaque para o primeiro comunicado conjunto, O Espírito dos QUAD, a linguagem do grupo se alinha a mecanismos internacionais, com a predileção pela criação de grupos de trabalho, o que se iniciou com um para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, outro sobre aquecimento global e um terceiro sobre questões de alta tecnologia, com destaque para terras raras (GABRIEL & CARVALHO, 2021). Ainda, são centrais ao grupo temas referentes ao Indo-Pacífico livre e aberto, liberdade de navegação, apoio à ASEAN, contraterrorismo, segurança marítima, ajuda humanitária e segurança cibernética (GONÇALVES, 2021). Em decorrência destas agendas, a expectativa é de que durante o governo Biden haja a continuidade dos trabalhos na aliança, até mesmo com maior importância para Washington do que com Trump, mas com uma deriva na atuação e nos temas centrais, passando a ser menos militar e mais alinhado a amplas agendas globais. Contudo, em caso de intensificação da coerção marítima e estratégica de Pequim, é esperado que o grupo desenvolva maiores exercícios navais na região (GRAHAM, 2018).

Quanto ao objetivo de conter a ascensão chinesa, muito embora um envoltório de

democracias com esse fim seja proposto por Shinzo Abe, com a atenção da administração Bush/Cheney (RABY, 2017), o fórum não é visto com potencial para tal, muito embora possa restringir escolhas estratégicas chinesas (GRAHAM, 2018). Mesmo as supracitadas operações navais, não são vistas com capacidade de extinguir a ascensão chinesa. Pelo contrário, é possível que exacerbar as vulnerabilidades estratégicas chinesas faria com que o país oriental fortalecesse suas capacidades militares (PAN, 2018).

Na prática, a defesa de um sistema internacional baseado em regras é uma desculpa do QUAD para buscar constranger o crescimento chinês (PAN, 2018). Contudo, a natureza interagências abrangente, incluindo desde socorro em desastres, segurança marítima, combate ao terrorismo, cyber segurança, além da possibilidade de impactar temas de segurança internacional a partir da segurança marítima.

Oficialmente, ter poucos resultados palpáveis é um problema para o QUAD, justamente pois há custos geopolíticos para seus membros, sendo que é visto por outros Estados como um gesto vazio sem compromissos em caso de crises (HALL, 2018). Por fim, se a contraposição do grupo à China pode ir na contramão do processo da globalização e interdependência, e se a relação estável para com a China é crucial para todas as economias envolvidas (ZHU, 2018), se constrói a proposição de que uma iniciativa baseada no QUAD, mas com características mais próximas do BRI, apresentando-se como alternativa a este, seria uma alternativa mais eficaz para a diminuição do ritmo do crescimento chinês (PAN, 2018). Ainda, a impossibilidade de organizar o Sistema Internacional em uma lógica de rompimento com um bloco opositor tende a tornar-se improdutivas alianças que se construam nesse formato.

CAPÍTULO 3.

AS DISPUTAS NAVAIS NO MAR DO SUL DA CHINA

3. AS DISPUTAS NAVAIS NO MAR DO SUL DA CHINA

A partir do fim do século XX, a Ásia-Pacífico se encaminhou para tornar-se o polo dinâmico do sistema capitalista (PAUTASSO & KERR-OLIVEIRA, 2008, p. 365). Essa máxima é declarada por Bush em 2002, e em 2011 Hillary Clinton declara que o futuro da política ali será definido (AKRAM, 2021, p. 1). Nessa região, o Mar do Sul da China abrange os estreitos de Malacca, Sunda, Lombok e Makassar, banhando China, Taiwan, Vietnam, Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura e Tailândia, contendo dezenas de ilhas, com destaque para os arquipélagos de Spratly e Paracel, sendo rico em petróleo, gás natural, tendo potencial pesqueiro relevante, sendo um elo entre os oceanos Pacífico e Índico. A região é ainda importante pela grande quantidade de linhas marítimas de comunicação, ou seja, rotas prioritárias de navegação por onde passa a maior parte do fluxo internacional de mercadorias, recursos energéticos e engenhos militares (CAUDURO ROEDEL, 2012, p. 21).

A região, rica em recursos energéticos, representa uma segurança importante à China como potência no Sistema Internacional, sendo que a vulnerabilidade energética pode colapsar a economia de um Estado, sendo estratégico reduzir a dependência de um único fornecedor (PAUTASSO & OLIVEIRA, 2008, p. 372)

Em contraposição à Convenção da ONU de 1982 sobre o Direito do Mar, a China possui aspirações territoriais na região que são incompatíveis com as Zonas Econômicas Exclusivas de diferentes Estados da região. Estas reivindicações chinesas nascem ainda na década de 1970 com Zhou Enlai e a linha dos 11 traços, modificada na década seguinte para 9 traços, defendendo uma demarcação que alega direito de origens históricas.

Filipinas, Brunei e Malásia são implicadas pelas disputas marítimas na região e, destacadamente, o Vietnã, que reivindica a totalidade das ilhas Spratly e Paracel. Estes são conjuntos que, a depender da maré, e da visibilidade de algumas formações mais baixas, podem ir de 190 a 650 ilhas na região.

As Filipinas possuem, desde a década de 1970, a Ilha Thitu, a 2ª maior das Ilhas Spratly (UNITED STATES MINISTRY OF DEFENSE, 2020, p. 100), e considera

vinculativa a definição da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do Mar. Com isso, busca no Tribunal Internacional do Direito do Mar seu direito que é reconhecido pelo órgão, em detrimento da reivindicação chinesa.

A Malásia, por sua vez, é tratada pelo Relatório Anual ao Congresso sobre Desenvolvidos Militares e de Segurança da República Popular da China, produzido pelo Ministério da Defesa dos Estados Unidos, como possuindo interações estratégicas com a China.

Destacam-se na página 125 do relatório a ajuda da força aérea chinesa à Malásia após a queda da aeronave mh370 em 2014, e forças tarefa de escolta da Malásia que escoltam navios chineses e estrangeiros em esforços antipirataria no Golfo de Áden até ligações portuárias em Moçambique e Malásia.

Já Myanmar aparece, no mesmo relatório, citado como um dos locais onde a China considera ter base de apoio logístico militar para marinha, aeronáutica e exército (UNITED STATES MINISTRY OF DEFENSE, 2020, p. 128)

Singapura, por sua vez, possui relações com Taiwan, e, estando envolvida no Dilema do Estreito de Malacca, busca nas relações com os Estados Unidos alguma segurança frente a possíveis tensões com a China (AKRAM, 2021, p. 5). Contudo, resguarda-se não manter rivalidades com nenhuma das partes, não desejando ter a necessidade de estar em um lado ou outro (CARR, 2018). Contudo, apesar dessa busca por segurança nas relações com os norte-americanos, é um dos locais onde a China considera ter base de apoio logístico militar para operações de sua marinha, aeronáutica e exército, tendo participado de exercícios militares com a China em 2019 (UNITED STATES MINISTRY OF DEFENSE, 2020, p. 169)

A Tailândia é outro Estado no qual se considera haver base de apoio logístico ao PLA, estando presente, segundo o relatório estadunidense, em exercícios militares como o “Joint Strike”, Blue Commando” e “Falcon Strike” em 2019 junto à China.

Já quanto ao Vietnã, além de possuir disputas territoriais para com a China no MSCh, é implicado em 2019 em operações da marinha e Guarda Costeira chinesas em resposta a operações de perfuração vietnamitas e da Malásia na região.

A partir de 1995, a atuação chinesa expande sua presença na região com a construção de ilhas artificiais para além de seu mar territorial, usadas também para fins militares (JUNIOR E GODINHO, 2019, p. 801), no âmbito da tática de projeção de poder naval na região através da negação de área, utilizando-se de ilhas naturais e artificiais, com destaque para 88 hangares de aviões de caça chineses nas ilhas Spratly e Paracel (JUNIOR E GODINHO, 2019, p. 815).

Estas ilhas são reivindicadas pela China com base na linha dos nove traços, e até o fim de 2016 a província de Hainan na China ordenou a construção de 84 navions de pesca com casco reforçado e armazenamento de munições para encorajar operações frequentes na região (UNITED STATES MINISTRY OF DEFENSE, 2020, p. 72). Nesta região, as instalações chinesas são capazes de abrigar sistemas de armas avançados, apesar de que a presença em larga escala não é notada.

O cenário na região é, ainda que em pequena escala, de uma corrida armamentista. As marinhas estão crescendo e desenvolvendo suas capacidades, adequando-se para a navegação

de longa distância, de forma rápida e assertiva (CAUDURO ROEDEL, 2012, p. 28). Ainda, destacam-se operações dos Estados Unidos frequentes na região, alegadamente para garantir a liberdade de navegação. Considera-se provável que, caso não houvesse a presença norte-americana, a hostilidade chinesa na região seria maior, uma vez que a China já é, de fato, capaz de controlar a região em todos os cenários de Guerra com os Estados Unidos (JUNIOR E GODINHO, 2019, p. 815-816).

É justamente neste freio à hostilidade chinesa na região, no entanto, que alianças capitaneadas pelos Estados Unidos realizando exercícios militares, tendo como pauta a livre navegação no Indo-Pacífico se inserem.

Nesse sentido, conforme noticiou o G1, no início de agosto de 2022, a visita de Nancy Pelosi, presidente da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, a Taiwan, tem significativo valor que mobilizou não apenas ativos políticos como também militares. No campo da política internacional, os Estados Unidos não possuem relações diplomáticas com Taiwan, reconhecendo este como parte da China. No entanto, há relações políticas entre as partes, havendo reiterados posicionamentos estadunidenses em contraposição à tomada do poder de forma militar pela China na Ilha. Quando a representante do legislativo norte-americano visita a ilha, no entanto, houve mobilizações militares na região envolvendo os membros do QUAD. Unidades B-2 da Força Aérea dos Estados Unidos foram deslocadas para a base australiana de Amberley poucos dias antes da chegada de Pelosi, permanecendo por cerca de 40 dias. O movimento faz com que as aeronaves com capacidade de carregar ogivas nucleares estejam a uma distância do possível alvo de apenas metade da distância original, quando estas se localizam na base Whiteman, em Missouri. Durante o mesmo período, o porta-aviões USS Ronald Reagan foi deslocado de uma base no Japão para o Mar do Sul da China, além da presença dos navios USS America e USS Tripoli, de assalto anfíbio, e o avião P-8 Poseidon, também mobilizados na região, conforme analisado por Pillai Rajagopalan no *The Diplomat*, em dezembro de 2022 (Pillai Rajagopalan, 2022).¹

Pouco antes, no início de julho, o UOL noticiou que Estados Unidos e Japão realizam exercícios militares conjuntos nas Ilhas Nansei, nas proximidades de Taiwan, contando com dezenas de aviões de guerra, com ao menos 12 caças F-22 deslocados pelos norte-americanos do Havaí para Okinawa (UOL, 2022). No ano anterior, Índia, Japão, Estados Unidos e Austrália realizaram exercícios militares conjuntos por cerca de dois meses nas proximidades do Mar do Sul da China, tendo ainda os indianos realizado operações de treinamento conjunto com Singapura, Indonésia, Filipinas e Vietnã, conforme noticiado pela CNN (CNN, 2022). Nos meses finais de 2022, destaca-se a vigésima sexta edição do Exercício Malabar, noticiada pelo

The Indian Times, iniciados três décadas atrás por Índia e Estados Unidos, incluindo o Japão desde 2015 e a Austrália desde 2020, nas proximidades de Yokosuka, no Japão, noticiada pelo The Indian Express⁴. Estes são notáveis pois:

Exercícios militares conjuntos são importantes por razões práticas e simbólicas. Na prática, eles ajudam a alcançar a interoperabilidade. Caso os membros tenham que atuar militarmente juntos, cada um pode garantir que todos estão, de alguma forma, usando procedimentos, linguagem, processos decisórios semelhantes, etc. Simbolicamente, eles podem mostrar aos adversários que esse grupo de Estados está preparado e capaz de reunir seus recursos e agir como um (ZALA, 2018, p. 21)

marcam a continuidade dos exercícios navais conjuntos entre os membros do QUAD, tendo um saldo importante de interoperabilidade, reiterando o discurso de ter como propósito a manutenção de um Indo-Pacífico livre e aberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é interessante destacar que, em grande medida, tanto China como EUA, os dois pólos deste tabuleiro geopolítico, operacionalizam estratégias de defesa que se aproximam do conceito de Defesa Ativa, mencionado por Feddersen, Magno, Moreira Silva & Chiarelli,:

“refere-se, em primeiro lugar, a unidade entre a defensiva estratégica e a ofensiva operacional e tática. Ou seja, mesmo que se busque um perfil defensivo no nível estratégico, pode-se tomar a ofensiva no nível das Operações ou da Tática. (FEDDERSEN, MAGNO, MOREIRA SILVA & CHIARELLI, 2015, p. 70).

Contudo em virtude do próprio desenvolvimento histórico da condição de potência de cada unidade, esta condição assume escalas e roupagens diferentes em cada contexto.

Do ponto de vista chinês, a ofensiva operacional e tática se mostra na expectativa de assumir o controle do entorno próximo, e de garantir a segurança territorial no âmbito das duas cadeias de ilhas, garantindo sua primazia nos mares próximos. Quanto ao lado norte-americano desta moeda, em consonância com a produção geopolítica acumulada durante o século XX, e fruto dos processos históricos das Guerras Mundiais e Guerra Fria, a manutenção da segurança territorial é arrastada para além das fronteiras dos Estados Unidos, chegando às extremidades da Eurásia.

Quanto ao posto de potência do Sistema Internacional, a busca dos Estados Unidos em grande medida é de manter sua privilegiada posição política e estratégica, incluso em meios militares, enquanto no campo econômico se busca retardar o crescimento chinês de tal modo que o bônus demográfico chinês se esgote antes da economia chinesa alcançar de fato a economia estadunidense.

Nesse intervalo, é crucial aos Estados Unidos dificultar o acesso chinês às capacidades energéticas representadas pelo Mar do Sul da China, e o QUAD se desenvolve com relação a este papel. Na prática, o grupo possui amplas possibilidades não realizadas, com uma grande diversidade de grupos de trabalho iniciados com variadas temáticas para tácitos resultados, o grupamento de fato consegue contestar a nível regional a atuação chinesa, fomentando a atenção do Sistema Internacional a esta pauta de forma crítica a atuação de Pequim. Nesse sentido, o maior resultado prático obtido pelo grupo é o incremento da interoperabilidade das marinhas através de exercícios como o Malabar.

Quanto à liderança de Washington, consolida a atualização de diferentes estratégias já

utilizadas anteriormente, criando padrões estratégicos, militares e diplomáticos que de fato puderam criar um ambiente hostil em um momento em que os blocos em disputa na Guerra Fria não eram tão interdependentes mas, apesar do *delay* estratégico que pode causar, não mostra sinais de mais amplos sucessos no sentido de frear o acesso chinês a recursos disponíveis na região. De certa forma, o paradoxo da estratégia é de que ações bem-sucedidas têm prazo de validade, em vista de que, frente à adaptação do adversário, reproduzir uma atuação anterior não traria o mesmo resultado (LAYTON, 2022, p. 109). Diferentemente do período da Guerra Fria, há uma ampla interdependência entre as partes. Contudo, em semelhança ao cenário do século XX, resguardadas proporções diferenciadas pelo avanço histórico dos meios de fazer a guerra, os altos potenciais custos militares tornam menos provável o conflito aberto entre Estados Unidos e China.

Já do ponto de vista chinês, a presença do QUAD e das forças dos Estados Unidos na região, seja em mobilização no contexto da questão de Taiwan ou sobre a navegação livre no Mar do Sul da China, não sendo capaz de impedir o predomínio de Pequim no território em caso de disputa, não dá sinais, até o momento, de dissuadir a presença militar chinesa na região. Na prática, apesar de os reflexos econômicos da pandemia da Covid- 19 terem representado no ano de 2022 uma diminuição no ritmo de crescimento da economia chinesa, em termos militares e estratégicos de escala regional o cenário de proeminência de Pequim se mantém.

REFERÊNCIAS

- AKRAM, Hira. **The Asia Pacific Chessboard: Alignment of Regional and Extra-Regional Players**. Available at SSRN 3853226, 2021. <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3853226>
- ALMEIDA MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo da geopolítica?** Hucitec/Edusp, 1999. São Paulo, SP.
- BELARDELLI, G. O “Quad das vacinas” em campo. Pacto da ampola em chave anti- chinesa. Trad. Rabolini, L. 2021. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/607336-o-quad-das-vacinas-em-campo-pacto-da-ampola-em-chave-anti-chinesa>> . Acesso em 13 de junho de 2021.
- BLINDER, Daniel. **Geopolítica clásica, geopolítica neoclásica:¿ Hacia un nuevo paradigma de interpretación de la realidad internacional?**. 2014.
- CARR, Bob. **The shrinking “Quad”: How the alliance is going nowhere as Japan and India court China**. South China Morning Post, 2018.
- CEPIK, Marco; PITT, Rômulo. **A Índia e a segurança regional após Abbottabad**. Conjuntura Austral, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 6, p. Pág. 33-48, jun. 2011. ISSN 2178-8839. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20702/12060>> . Acesso em: 17 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.22456/2178-8839.20702>.
- CNN. Índia implanta força-tarefa naval com navios de guerra no Mar da China. CNN, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/india-implanta-forca-tarefa-naval-com-Navios-de-guerra-no-mar-da-china/>>
- JESUS JÚNIOR, Helvécio; GODINHO, Natalia Virginia Rodrigues. **A modernização naval chinesa e as implicações no Mar do Sul da China**. Revista Da Escola De Guerra Naval, v. 25, n. 3, 2019.
- DELGADO, Fernanda; FEBRARO, Júlia. **Cronos: china e as suas questões de segurança energética**. Caderno Opinião, p. 1-14, ago. 2017.
- FEDDERSEN, Gustavo Henrique; MAGNO, Bruno; SILVA, Athos Munhoz; CHIARELLI, João Rodrigues. **A interação estratégica China-Estados Unidos envolvendo Taiwan: elementos para uma análise atual**. Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 33-34, n. 7, p. 61-74, dez

FOLHA DE SÃO PAULO. **EUA aproximaram bombardeiros invisíveis da China antes de crise.** 2022. Disponível em: < EUA aproximaram 'bombardeiros invisíveis' da China - 04/08/2022 - Mundo - Folha (uol.com.br)> Acesso em: 14 dez. 2022.

G1. **Entenda por que viagem de Nancy Pelosi a Taiwan eleva tensão entre EUA e China.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/02/entenda-por-que-viagem-de-nancy-pelosi-a-taiwan-eleva-tensao-entre-eua-e-china.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.

GABRIEL, J. P. N.; CARVALHO, C. E. **Biden redefine jogo contra a China no QUAD.** Disponível em: <<https://www.opecu.org.br/2021/04/21/biden-redefine-jogo-contra-china-no-quad/>> Acesso em: 01 de maio de 2021;

GONÇALVES, W. A **Adesão do governo Biden à cúpula do QUAD.** Disponível em: <<https://www.opecu.org.br/2021/03/14/a-adesao-do-governo-biden-a-cupula-do-quad/>> acesso em: 13 de junho de 2021.

GRAHAM, Euan et al. **Debating the QUAD.** Strategic & Defence Studies Centre, Australian National University, 2018.

LAYTON, Peter. **China's Grey Zone activities: concepts and possible responses.** Journal Of The Royal New Zealand Air Force. Palmerston North, p. 104-123. 2022.

LENNON, Brad. **Índia implanta força-tarefa naval com navios de guerra no Mar da China.** 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/india-implanta-forca-tarefa-naval-com-navios-de-guerra-no-mar-da-china/>> . Acesso em: 14 dez. 2022.

MEARSHEIMER, John J. **India needs the bomb.** New York Times. New York, p. 1-1. 24 de março de 2000.

PADULA, Raphael. **A Economia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra: o olhar estratégico sobre economia na economia política, na geopolítica clássica e na economia política internacional.** Oikos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 6-27, 2019.

PAUTASSO, Diego & KERR-OLIVEIRA, Lucas. **A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 361-398, maio/agosto 2008.

PAUTASSO, Diego & UNGARETTI, Carlos Renato. **A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico.** Estudos Internacionais, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25-44, 2017.

RABY, Geoff. **Why joining the Quad is not in Australia's national interest'.** Australian Financial Review, v. 6, 2017.

PILLAI RAJAGOPALAN, Rajeswari (2022). **Malabar and More: Quad Militaries Conduct Exercises**. Given continuing tensions with China, India will seek to expand its military engagements and security consultations with the Quad. *The Diplomat*, 05/12/2022. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2022/12/malabar-and-more-quad-militaries-conduct-exercises/>>

CAUDURO ROEDEL, Cezar. *Águas Conflituosas, Águas Perigosas: a disputa sino-americana no mar do sul da china*. Dissertação de Mestrado. PPG em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre, 2012.

SENGUPTA, Amit. **What is QUAD - it's importance & objectives**. *Página de Amit Sengupta no Youtube*. Geopolitics. Youtube, 06/nov./2020. <<https://www.youtube.com/watch?v=3dc31GPV2G8>>

THE INDIAN EXPRESS. **26th edition of 'Exercise Malabar' among navies of Quad countries comes to an end**. 2022. Disponível em: <<https://indianexpress.com/article/cities/pune/26th-edition-of-exercise-malabar-among-navies-of-quad-countries-comes-to-an-end-8275002/>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TORRI, Michelguglielmo. *The road to Galwan Valley: an alternative view of India's relations with China and the US since 2005*. 2022.

UOL. **EUA e Japão treinam com aviões de guerra em área de interesse da China**. 2022. UOL Notícias, 15/07/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/07/15/exercicio-forca-aerea-japao-estados-unidos.htm>> . Acesso em: 14 dez. 2022.

U.S. Annual Report to Congress: **Military and Security Developments Involving the People's Republic of China**. Office of the Secretary of Defense, 2020. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>>

UOL. *EUA e Japão treinam com aviões de guerra em área de interesse da China*. Disponível em: < EUA e Japão treinam com aviões de guerra em área de interesse da China (uol.com.br)>

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Eixos do Poder Mundial no Século XXI: uma proposta analítica**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 8, n. 15, p. 9-25, 2019.

ZHONPING, S. **China deve se preparar para os novos esquemas QUAD dos EUA**.

Disponível em: < <http://observatoriodachina.org/index.php/pt/noticias/43-politica-chinesa/1621-china-deve-se-preparar-para-os-novos-esquemas-quad-dos-eua>> Acesso em: 02 de maio de 2021.

ZHU, Zhiqun. **Can the Quad Counter China's Belt and Road Initiative?**. The Diplomat, 2018.